

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração da folha é leite derramado - NAS ENTRELINHAS 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gasto público e crescimento da economia (Artigo) 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Abono salarial deve ser pago a 25,8 milhões em 2025 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita extra necessária em 2025 pode chegar a R\$ 65 bi 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

IVA brasileiro pode ser o maior do mundo 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota do IVA brasileiro pode ser a maior do mundo, dizem especialistas 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas tem déficit de R\$ 1,5 bilhão em março 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo abre negociação diferenciada com municípios 17

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit chega a R\$1,5 bilhão 18

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração pode trazer mudanças na Previdência 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central tem déficit primário de R\$ 1,527 bi em março 20

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo têm déficit de R\$ 1,5 bilhão 21

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad: desoneração da folha traz risco de nova reforma da Previdência 22

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa conclui pagamento da parcela de abril do Bolsa Família 23

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

A matemática da filantropia do INSS (Previdência) 24

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Fim do prazo para declarar o Imposto de Renda cai no feriado; veja como fazer a declaração
(Imposto de Renda)

..... 26

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

'Brasil é campeão de tributação sobre a folha', diz economista da FGV..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados querem autonomia para fixar cashback..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contencioso tributário ativo: opcional ou obrigatório? - OPINIÃO JURÍDICA..... 32

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Chegou a hora de reduzir a jornada de trabalho (Artigo)..... 34

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumentar cesta básica desonerada piora situação dos mais pobres, diz Banco Mundial
(Reforma tributária)

..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil e campeão de tributação sobre a folha..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo negocia acordo com municípios e empresas..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Suspensão da desoneração criou "limbo jurídico" para empresas..... 39

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Só IR na compra e venda de imóvel e carro usados..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Perse deve ir a votação..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ajustar as previdências e manter as desonerações - RAUL VELLOSO..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Índice de miséria do Brasil recua, mas segue alto em ranking global..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Relatora do Perse inclui correção pela inflação em seu parecer..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Cenário de juros mais altos nos EUA afeta ativos de risco..... 47

Terça-Feira, 30 de Abril de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Atraso no corte de juros nos EUA reforça apelo da renda fixa no Brasil..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Incerteza com Fed pesa e amplia volatilidade dos ativos locais..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Taxas futuras têm alívio e Ibovespa sobe à espera de decisão..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Selic abaixo de 10% seria "imprudente", diz Genoa..... 55

Desoneração da folha é leite derramado - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Depois de um almoço com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, voltou a defender a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e municípios com até 158 mil habitantes. Argumenta que não há previsão de receitas para reduzir as alíquotas de contribuição para a Previdência.

A regra permitiria que empresas de 17 setores substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado. Estima-se que a medida pode gerar 8,9 milhões de empregos formais diretos, além de outros milhões de postos de trabalho na cadeia produtiva dessas empresas.

Os setores beneficiados são a indústria (couro, calçados, confecções, têxtil, proteína animal, máquinas e equipamentos); os serviços de tecnologia (TI e TIC, call center, comunicação); os transportes (rodoviário de cargas, rodoviário de passageiros urbano e metro ferroviário); e a construção civil e pesada. As prefeituras de municípios até 158 mil habitantes seriam beneficiadas por uma redução de 20% para 5% da folha de pagamento. A desoneração valerá até 31 de dezembro de 2027, quando entrar em vigor a **Reforma Tributária**.

A decisão do governo provocou forte reação do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que recorreu ao plenário do Supremo, mas a votação está 5 x 0 a favor da liminar que suspendeu as desonerações. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Há amplo apoio nos meios empresariais, políticos e sindicais às desonerações.

A Advocacia do Senado alega que a lei não poderia ter sido anulada por decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin.

De acordo com o documento, não há criação de novas

despesas em relação à desoneração desses setores, que fora adotada durante o governo Dilma Rousseff, em 2011, como medida para combater a recessão.

Segundo Pacheco, o Congresso aprovou leis que aumentaram em R\$ 80 bilhões a arrecadação do governo, o que não justificaria a cobrança feita por Haddad de que o Congresso deveria ter mais responsabilidade fiscal. Esse valor cobriria em muito os R\$ 10 bilhões/ ano referentes à desoneração dos municípios.

O Congresso, de fato, aprovou várias leis que aumentaram a arrecadação: voto de Minerva **Carf**, apostas esportivas, offshores, fundos exclusivos, subvenções de ICMS e o arcabouço fiscal.

E aprovou uma lei que veda cancelamento de legislação do Congresso por decisão individual de ministros do Supremo, sem apoio da maioria absoluta dos membros do STF. Além disso, o Congresso e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também deveriam ter sido ouvidos antes da decisão de Zanin.

Prerrogativas Há três dimensões no embate entre o governo e o Congresso.

A primeira, por óbvio, é o fato de que o governo foi fragorosamente derrotado no Congresso, com a derrubada dos vetos de Lula por esmagadora maioria.

Ao não aceitar a derrubada dos vetos, o governo força a barra para disputar em "terceiro turno".

Embora exista a prerrogativa institucional de o presidente da República recorrer ao Supremo sempre que julgar uma decisão do Congresso inconstitucional, ganhando ou perdendo, haverá um custo político para isso.

A segunda dimensão é o fato de que o Congresso não tem compromisso com o equilíbrio fiscal pelo lado da receita. O que significa isso? A maioria dos deputados e senadores tem muita dificuldade para votar a favor de aumento de **impostos**, ao mesmo tempo em que não tem nenhuma para aumentar os gastos. O governo quer aumentar **impostos** para gastar mais com seus programas sociais e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Congresso pretende reduzir os **impostos** e exigir do governo que

corte gastos, desde que não sejam com as emendas parlamentares ao Orçamento.

A terceira dimensão é a "judicialização" da relação entre o Executivo e Congresso. O protagonismo do STF bateu no teto em 8 de janeiro, quando houve a invasão dos palácios da Praça dos Três Poderes. O amplo apoio que obteve contra os golpistas, que estão sendo investigados, presos e condenados, foi resultado de um amplo movimento em defesa da democracia, no qual o Congresso teve um papel decisivo.

Esse apoio não se aplica à toda a agenda do próprio Supremo, como nas questões do marco temporal, da Lei do Aborto e da legislação penal. Nesses assuntos, o STF enfrenta forte oposição conservadora ao seu papel contramajoritário, em razão dos direitos individuais e das minorias. Mas precisa tomar cuidado em relação às decisões monocráticas de seus ministros, muitas delas contraditórias e desgastantes do ponto de vista ético - quando o assunto são decisões e prerrogativas do Legislativo, está escrito nas estrelas que haverá uma reação do Congresso.

Gasto público e crescimento da economia (Artigo)

» **CARLOS RODOLFO SCHNEIDER** *Empresário*

A melhora na nossa classificação de risco de crédito soberano feita pela S P Global Ratings Brasil, sem dúvida, foi uma boa notícia para fechar o ano de 2023. A agência de risco atribui o fato em grande parte às reformas que vêm sendo feitas desde 2016 para enfrentar a péssima situação fiscal da época, e o consequente crescimento da economia acima do esperado nos últimos três anos, embora muito fraco em relação a países emergentes comparáveis, como a Índia, que, tinha um **PIB** 44% inferior ao nosso e, em 2021, já havia superado o do Brasil em 100%.

As notas da S P, porém, manifestam preocupação com o retrocesso nas regras de governança das estatais e com o fato de o novo regime fiscal depender principalmente do aumento de arrecadação, ainda mais considerando a já elevada carga tributária do país: "As perspectivas de crescimento de longo prazo continuarão limitadas por deficits fiscais elevados e rigidez orçamentária." O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega reforça o que estudos em diversos países têm constatado: que o melhor ajuste fiscal é o que foca na redução de despesas, e não no aumento de receitas, por poder enxugar áreas menos importantes e evitar cortes em investimentos e em programas prioritários. Além do que, alerta: "A opção pela receita eleva a participação do governo na economia e acarreta alocação menos eficiente de recursos, o que afeta negativamente a produtividade e o potencial de crescimento". Mas Mailson lembra que, a partir da Constituição de 1988, "construímos uma rigidez orçamentária (gastos obrigatórios) sem paralelo no planeta", que ultrapassava os 95% dos gastos primários, o que dificulta muito o ajuste pelo gasto. Mas, por outro lado, pouquíssimas vezes se viu qualquer vontade do governo de enfrentar esse problema.

Também Yoshiaki Nakano, ex-secretário da Fazenda paulista e por 20 anos diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, demonstra preocupação com o atual regime fiscal, por exigir crescimento constante da receita para fazer frente ao aumento de gastos sempre acima da **inflação**, especialmente gastos correntes, como os de pessoal: "Se você não colocar claramente uma trava na despesa, o que vai acabar ocorrendo é piorar a qualidade da economia brasileira". A ideia de

crescimento via aumento de gastos do governo é uma direção errada, na sua opinião. Recomenda ajuste das contas públicas para que o investimento atinja o nível adequado, como condição para o aumento da produtividade.

Na mesma direção, o economista Pérsio Arida, um dos pais do Plano Real, manifesta preocupação com o esforço do atual governo para aumentar receita para poder gastar mais, dada a já muito elevada carga de **impostos**. "Se o governo quiser ampliar os gastos numa direção, que trate de diminuir em outra. Tem muitos desperdícios no setor público..."

Temos uma série de gastos que, quando anunciados, no campo das intenções, sempre são meritórios, mas que terminam com uma governança e um funcionamento muito ruins. Em parte, porque o Estado brasileiro não é eficiente; em parte, por captura por grupos de interesse; e, muitas vezes, por inércia, além do já mencionado engessamento do orçamento. Se aumentar os gastos porque, supostamente, a economia está fraca, quero ver diminuir depois. É fácil aumentar, é muito difícil reduzir." O que estamos vendo no Brasil reflete bem o que, certa vez, disse o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel: que o fisco tem a missão de arrecadar os recursos para fazer frente aos gastos do Estado. Então, quanto maiores os dispêndios, maior a arrecadação necessária. Por outro lado, se com maior eficiência dos gastos a necessidade de arrecadação diminuir, abre-se o único caminho para a redução da carga tributária e o melhor caminho para o aumento de produtividade da economia.

Hoje, a Secretaria da **Receita Federal** (SRF), um dos órgãos mais eficientes do governo, foca só na arrecadação. Por que não dividir os esforços, olhando também a qualidade da despesa, para buscar um ponto de equilíbrio entre receita e despesa num nível mais baixo de arrecadação, o que certamente contribuiria para aumentar a competitividade da economia? Poderia ser criada a Secretaria da Despesa Federal com remanejamento de quadros da SRF - portanto sem aumentar o gasto da máquina, com poderes para fiscalizar a eficiência dos dispêndios, diferentemente da Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, que não tem passado do campo das boas

intenções nesse assunto, pela própria concepção. E isso poderia ser replicado nos estados e municípios.

Também não custa lembrar que, como famílias, empresas e muitos países, o Estado precisa preparar-se nos momentos de bonança para enfrentar momentos difíceis, que sempre vêm, com políticas anticíclicas, inclusive de apoio aos mais pobres, como foi feito durante a pandemia. No Brasil, infelizmente, nos períodos favoráveis os governos, têm aumentado gastos obrigatórios, que muito dificilmente serão reduzidos quando precisarmos apertar os cintos. Sem dúvida, a responsabilidade social é pauta obrigatória quando se discutem prioridades do país, especialmente no prover igualdade de oportunidades, mas a solução não deve vir por meio da extração de mais recursos da sociedade, isto é, de aumento da carga tributária. É preciso um esforço para fazer mais com menos, o que certamente contará muitos pontos para recuperarmos o grau de investimento nas agências de risco.

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER Empresário

Abono salarial deve ser pago a 25,8 milhões em 2025

Editado por CARLOS HENRIQUE GONDIM

Estimativas do governo federal apontam que 25,8 milhões de trabalhadores terão direito a receber o abono salarial no ano que vem. A informação está presente no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviada ao Congresso Nacional na semana passada. A projeção é que o benefício custe R\$ 30,6 bilhões aos cofres públicos no próximo ano.

Previsto na Constituição, o benefício estabelece o pagamento de até um salário mínimo (R\$ 1.412, atualmente) por ano a trabalhadores que recebem, em média, até dois salários mínimos mensais (R\$ 2.428, pelo valor atual).

Para receber, é preciso que o trabalhador tenha trabalhado pelo menos 30 dias no ano anterior; e esteja cadastrado no PIS ou no Pasep há pelo menos cinco anos.

O abono salarial é alvo de críticas por alguns economistas, por conta de seu alto custo e por não ser focado na parcela mais pobre da população. O benefício é classificado como um gasto obrigatório - ou seja, que só pode ser alterado ou extinto mediante Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Projetos desse tipo têm uma tramitação mais extensa e precisam de mais votos de deputados e senadores para serem aprovados.

Se encerrado o benefício, o espaço liberado para outras despesas superaria R\$ 300 bilhões em dez anos - pois o valor é corrigido anualmente.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirma que há discussões dentro do governo sobre eventuais aprimoramentos no abono salarial, mas não sobre sua extinção.

ORÇAMENTO A avaliação de analistas é de que a limitação ou o fim do abono salarial ajudariam a evitar a compressão dos gastos livres dos ministérios. Entre esses gastos livres, estão: luz, telefone, bolsas de estudo, fiscalização ambiental e do trabalho e emissão de passaporte.

Sem limitação de despesas obrigatórias, o Tesouro Nacional espera que os gastos livres dos ministérios não tenham mais espaço a partir de 2030.

A explicação é que o arcabouço fiscal - as novas regras para as contas públicas, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado - fixou um teto para as despesas do governo federal.

Elas não podem subir mais do que 70% da alta da receita, e não podem avançar mais do que 2,5% por ano, acima da **inflação** (foi proposto um intervalo de alta real de 0,6% a 2,5%).

Estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara mostra que, entre 2009 e 2016, antes do teto de gastos, as despesas totais do governo (sem contar o orçamento financeiro, da dívida pública) cresceram em média 4,6% ao ano em termos reais (acima da **inflação**).

Ou seja, acima do limite de 2,5% em termos reais da nova regra fiscal. Isso porque despesas previdenciárias, por exemplo, sobem mais do que 2,5% por ano.

Despesas obrigatórias terão que ser cortadas, dizem economistas

Por conta do limite de gastos do arcabouço fiscal, economistas avaliam que é importante cortar despesas obrigatórias, por meio de mudanças em leis, para evitar que os gastos livres dos ministérios fiquem sem espaço com o passar do tempo, e também para ajudar a cumprir as metas fiscais.

Em 2025, por exemplo, somente 7,4% das despesas do governo podem ser alocadas livremente pelo governo. Elas estão projetadas em R\$ 173 bilhões, para uma despesa total de R\$ 2,35 trilhões. Em 2028, a projeção da área econômica é que o espaço para gastos livres cairá para 3,8% da despesa total.

De acordo com análise do economista Fabio Giambiagi publicada em 2022, o abono salarial é alvo das seguintes críticas: não combate o desemprego, pois quem recebe o abono está empregado; e não combate a miséria, porque quem recebe o abono não está entre os 20% mais pobres do país. "Ele [abono salarial] ajuda a reduzir a informalidade? Não, porque quem recebe o benefício já está no mercado formal", concluiu, em artigo.

Estudo promovido pela equipe econômica de Paulo Guedes, que comandava a Economia na gestão Jair Bolsonaro, também apontou que, do ponto de vista distributivo, a maior parte do benefício tende a se concentrar nas camadas de renda média da população.

"Consequentemente, o abono tem pouco efeito sobre o nível geral de desigualdade e pobreza da economia, embora contribua para uma redução da desigualdade dentro do grupo de trabalhadores formais", diz o estudo.

A equipe de Paulo Guedes chegou a cogitar mudanças no abono salarial para destinar mais recursos ao Renda Brasil, programa de transferência de renda, mas a iniciativa foi abortada por Bolsonaro.

TESOURO Em entrevista ao g1 e à TV Globo, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que há discussões sobre possíveis mudanças no abono salarial, mas não sua extinção. "Muitos discutem se atrelar ele a um objetivo, uma ação, continuar destinando ele.

Para ter algum norte específico que possa ter um efeito estrutural.

Vincular à educação do filho, mas não há um debate maduro dentro do governo sobre isso. Na esteira de coisas que precisam ser enfrentadas, essa é uma matéria que há discussões e subsídios sobre isso. Não no sentido de cortar o abono, acho que não é esse. A postura do governo dificilmente seria nesse sentido", disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

De acordo com ele, a vinculação do abono salarial a um objetivo específico é uma proposta já debatida dentro do governo. "Que em algum momento pode ser discutido.

Um aprimoramento que continue dando o benefício mas também junto com ele venha um objetivo claro de atendimento de política pública", afirmou o secretário do Tesouro Nacional.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0cbfb5d3fd60733afdbdb4f0f8518443.pdf

Receita extra necessária em 2025 pode chegar a R\$ 65 bi

THAÍS BARCELLOS

O montante de receitas extras necessárias para fechar as contas do governo em 2025 pode chegar a R\$ 65 bilhões. Hoje, o governo calcula que precisará de R\$ 50 bilhões a mais para atingir a meta zero no ano que vem, mas ainda não considera uma despesa extra de R\$ 15,7 bilhões.

Se o governo conseguir usar integralmente os R\$ 15,7 bilhões extras, esses recursos aumentarão o volume de despesas de 2025 (e nos próximos anos) em cerca de R\$ 15 bilhões, mais **inflação**, conforme as regras do novo arcabouço fiscal, exigindo o mesmo montante em receitas para alcançar a meta. O Senado deve votar ainda nesta semana um projeto que permite antecipar esse crédito, para agora.

O Ministério da Fazenda já conta com esses recursos para abater alguns gastos. Entre eles, a provável derrubada total ou parcial do veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão e para fazer frente a benefícios previdenciários, que estão acima do inicialmente projetado. O time de Fernando Haddad diz que está fora de cogitação um reajuste para servidores este ano, mesmo para aqueles que estão em greve, como os da Educação. Mas o uso do recurso para esse fim é um desejo do Ministério da Gestão, de Esther Dweck.

A equipe econômica tem sinalizado que as medidas de arrecadação extra para fechar esse buraco já estão em estudo, mas que serão anunciadas junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que tem que ser enviado ao Congresso até 31 de agosto.

Há, no entanto, entre os especialistas em contas públicas, ceticismo com a capacidade do governo de obter mais receitas, considerando o resultado abaixo do esperado em medidas já aprovadas e as batalhas que tem travado nos projetos no Congresso.

Esse, inclusive, foi o motivo que gerou a mudança da meta fiscal para o ano que vem e os anos seguintes -o alvo seria de superávit de 0,5% em 2025, mas ficou em zero.

RISCO DO ESMORECIMENTO

Para o governo, por sua vez, o estresse no mercado financeiro nos últimos dias -com o salto do dólar, que coincidiu com a mudança da meta de 2025 -foi um alerta importante para o Congresso sobre as possíveis consequências de um esmorecimento no esforço fiscal. Para um integrante da equipe econômica, isso já se traduziu em um acordo para a limitação do benefício fiscal para o setor de eventos, o Perse, que foi simbólico para mostrar que a Fazenda não "jogou a toalha" em relação às metas.

Outra leitura é a de que parte das receitas extras que haviam sido consideradas para entrar no caixa do governo este ano pode ficar para o ano que vem.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, avalia que está cada vez mais difícil aumentar a arrecadação federal sem elevar **impostos**, considerando que as opções de ganho de receita com correção de distorções estão se esgotando. Para evitar onerar mais o contribuinte, no entanto, o especialista em contas públicas avalia que a equipe econômica pode lançar programas de conformidade com a **Receita Federal**, como repatriação de recursos não declarados no exterior ou abrir de novo a discussão sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP): - Acho que o governo vai adotar estratégia como essa e evitar mexer diretamente com a estrutura tributária, que seria opção mais viável para alcançar o montante necessário de arrecadação extra.

O economista-chefe e sócio da gestora Ryo Asset, Gabriel de Barros, calcula que arrecadação adicional para fechar as contas no ano que vem deve superar R\$ 50 bilhões, já que avalia que a equipe econômica adota premissas otimistas, como o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,8%.

-Esse é o problema do ajuste fiscal pela receita. Tem uma fadiga do Congresso e não tem tanta medida para tirar da cartola -disse Barros. - Isso se deve a uma inconsistência matemática do arcabouço, já que o governo voltou a vincular o piso de gasto com saúde e educação à receita. Há despesas vinculadas ao salário mínimo. Isso gera estrangulamento de despesas discricionárias (não obrigatórias) que pode levar ao apagão da máquina pública.

31/8 Data de envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 Equipe de Haddad indica que medidas

de arrecadação extra serão anunciadas junto com projeto

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IVA brasileiro pode ser o maior do mundo

» ROSANA HESSEL » RAFAELA GONÇALVES

Antes mesmo de tramitar no Congresso Nacional, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre consumo, previsto na **reforma tributária**, já corre o risco de ter a maior alíquota do mundo, de acordo com especialistas, já que está estimada em 26,5%.

Eles alertam que, se o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), resolver dividir a relatoria entre cinco ou seis deputados, como tem sinalizado, para dividir os holofotes entre apoiadores, as chances de isso ocorrer são maiores ainda.

Especialistas estão preocupados com a demora para Lira definir a relatoria, apesar de a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já ter sinalizado ser favorável ao nome do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP -PB), que foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma na Câmara, a PEC 45/2019. "O texto pode piorar, pois uma relatoria dividida com vários parlamentares, pode incluir aqueles que não necessariamente dominam e estão mais naturalizados com o tema, que é complexo por natureza", alertou o especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, economista- chefe da Ryo Asset e exdiretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, em entrevista ao Correio.

Barros lembrou que o IVA brasileiro, resultado da combinação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do governo federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios, será o segunda maior taxa sobre consumo dos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado "clube dos ricos", integrado, atualmente, por 38 nações. "A alíquota média de 26,5%, marginalmente abaixo da Hungria, que tem a alíquota de IVA mais elevada do mundo, de 27%, tem como premissa um fator relevante: ganhos de conformidade, derivados da redução da evasão (sonegação) e elisão fiscal. Se a arrecadação é menor por conta das exceções, maior será a alíquota efetiva ao final da transição", explicou.

Vale lembrar que o governo precisará aumentar a arrecadação se houver muita redução de **impostos** para vários setores com lobbies mais fortes no Congresso. Logo, a alíquota tende a aumentar se não houver contrapartidas para neutralizar o impacto das "benevolências" para um determinado grupo que vão onerar todo o resto.

Em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizado, ontem, na capital paulista, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, tentou demonstrar otimismo com a reforma e rebateu as críticas de que o sobre o alto patamar de partida do IVA nacional previsto no projeto de lei de regulamentação da reforma. "Se Deus quiser, a gente consegue atingir uma alíquota menor do que os 26,5%, que divulgamos como estimativa, com base nas informações que temos hoje", disse. Na avaliação dele, a reforma reduzirá a sonegação e a inadimplência, o que possibilitará cobrar uma alíquota menor do que a carga tributária atual: "A alíquota média, em relação ao que tem hoje, vai ser certamente menor", afirmou o secretário.

De acordo com fontes próximas a Lira, o parlamentar não pretende permitir que esse novo imposto sobre consumo aumente ainda mais. "E alíquota maior depende das isenções concedidas a setores e ele sempre alerta sobre isso", afirmou um assessor parlamentar.

O governo sugeriu imposto zero para 15 produtos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina.

Outra lista teria redução de 60%, incluindo sal, carnes bovinas, suínas e de peixe. O imposto pago voltaria parcialmente para as famílias de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 706), o chamado "cashback".

A bancada ruralista já se posicionou contra o mecanismo de desconto proposto pelo governo e sinalizou que tentará reverter o dispositivo, além de defender a inclusão de mais produtos na cesta básica. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defendeu, em nota, a desoneração de mais produtos na cesta, sem a existência de cashback, ou seja, mais isenções tendem a aumentar inevitavelmente a alíquota.

Contas no vermelho

As contas do governo central, que reúnem Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 1,5 bilhão em março.

Segundo o balanço, divulgado ontem, o resultado foi melhor do que a mediana das expectativas da

pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava um déficit primário de R\$ 5,1 bilhões.

Apesar de negativo, o resultado é o melhor para o mês desde março de 2021, quando houve superavit de R\$ 2,468 bilhões, em valores corrigidos pela inflação.

No mês passado, o Tesouro e o Banco Central apresentaram superavit de R\$ 20 bilhões, enquanto a **Previdência Social** registrou déficit de R\$ 21,5 bilhões.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, destacou que o montante de despesas com a Previdência é um tema que precisa de um "acompanhamento constante" e sinalizou que o governo pode lançar novas medidas para conter os gastos previdenciários.

"O cenário das despesas previdenciárias ainda demanda cuidado e atenção, e, eventualmente, medidas que permitam que a dinâmica dessa despesa tenha um crescimento compatível com a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo", disse o secretário.

Alíquota do IVA brasileiro pode ser a maior do mundo, dizem especialistas

Rafaela Gonçalves

+

Antes mesmo de tramitar no Congresso Nacional, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre consumo, previsto na **reforma tributária**, já corre o risco de ter a maior alíquota do mundo, de acordo com especialistas, já que está estimada em 26,5%. Eles alertam que, se o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), resolver dividir a relatoria entre cinco ou seis deputados, como tem sinalizado, para dividir os holofotes entre apoiadores, as chances de isso ocorrer são maiores ainda.

Especialistas estão preocupados com a demora para Lira definir a relatoria, apesar de a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já ter sinalizado ser favorável ao nome do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma na Câmara, a PEC 45/2019. O texto pode piorar, pois uma relatoria dividida com vários parlamentares, pode incluir aqueles que não necessariamente dominam e estão mais naturalizados com o tema, que é complexo por natureza, alertou o especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, em entrevista ao Correio.

Barros lembrou que o IVA brasileiro, resultado da combinação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do governo federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios, será o segunda maior taxa sobre consumo dos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado clube dos ricos, integrado, atualmente, por 38 nações. A alíquota média de 26,5%, marginalmente abaixo da Hungria, que tem a alíquota de IVA mais elevada do mundo, de 27%, tem como premissa um fator relevante: ganhos de conformidade, derivados da redução da evasão (sonegação) e elisão fiscal. Se a arrecadação é menor por conta das exceções, maior será a alíquota efetiva ao final da transição, explicou.

Vale lembrar que o governo precisará aumentar a arrecadação se houver muita redução de **impostos** para vários setores com lobbies mais fortes no Congresso. Logo, a alíquota tende a aumentar se não houver contrapartidas para neutralizar o impacto das benevolências para um determinado grupo que vão

onerar todo o resto.

Em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizado, ontem, na capital paulista, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, tentou demonstrar otimismo com a reforma e rebater as críticas de que o alto patamar de partida do IVA nacional previsto no projeto de lei de regulamentação da reforma. Se Deus quiser, a gente consegue atingir uma alíquota menor do que os 26,5%, que divulgamos como estimativa, com base nas informações que temos hoje, disse. Na avaliação dele, a reforma reduzirá a sonegação e a inadimplência, o que possibilitará cobrar uma alíquota menor do que a carga tributária atual: A alíquota média, em relação ao que tem hoje, vai ser certamente menor, afirmou o secretário.

De acordo com fontes próximas a Lira, o parlamentar não pretende permitir que esse novo imposto sobre consumo aumente ainda mais. E alíquota maior depende das isenções concedidas a setores e ele sempre alerta sobre isso, afirmou um assessor parlamentar.

O governo sugeriu imposto zero para 15 produtos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina. Outra lista teria redução de 60%, incluindo sal, carnes bovinas, suínas e de peixe. O imposto pago voltaria parcialmente para as famílias de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 706), o chamado cashback.

A bancada ruralista já se posicionou contra o mecanismo de desconto proposto pelo governo e sinalizou que tentará reverter o dispositivo, além de defender a inclusão de mais produtos na cesta básica. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defendeu, em nota, a desoneração de mais produtos na cesta, sem a existência de cashback, ou seja, mais isenções tendem a aumentar inevitavelmente a alíquota.

Antes mesmo de tramitar no Congresso Nacional, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre consumo, previsto na **reforma tributária**, já corre o risco de ter a maior alíquota do mundo, de acordo com especialistas, já que está estimada em 26,5%. Eles alertam que, se o presidente da Câmara, Arthur Lira

(PP-AL), resolver dividir a relatoria entre cinco ou seis deputados, como tem sinalizado, para dividir os holofotes entre apoiadores, as chances de isso ocorrer são maiores ainda.

Especialistas estão preocupados com a demora para Lira definir a relatoria, apesar de a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já ter sinalizado ser favorável ao nome do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma na Câmara, a PEC 45/2019. O texto pode piorar, pois uma relatoria dividida com vários parlamentares, pode incluir aqueles que não necessariamente dominam e estão mais naturalizados com o tema, que é complexo por natureza, alertou o especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, em entrevista ao Correio.

Barros lembrou que o IVA brasileiro, resultado da combinação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do governo federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios, será o segunda maior taxa sobre consumo dos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado clube dos ricos, integrado, atualmente, por 38 nações. A alíquota média de 26,5%, marginalmente abaixo da Hungria, que tem a alíquota de IVA mais elevada do mundo, de 27%, tem como premissa um fator relevante: ganhos de conformidade, derivados da redução da evasão (sonegação) e elisão fiscal. Se a arrecadação é menor por conta das exceções, maior será a alíquota efetiva ao final da transição, explicou.

Vale lembrar que o governo precisará aumentar a arrecadação se houver muita redução de **impostos** para vários setores com lobbies mais fortes no Congresso. Logo, a alíquota tende a aumentar se não houver contrapartidas para neutralizar o impacto das benevolências para um determinado grupo que vão onerar todo o resto.

Em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizado, ontem, na capital paulista, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, tentou demonstrar otimismo com a reforma e rebateu as críticas de que o sobre o alto patamar de partida do IVA nacional previsto no projeto de lei de regulamentação da reforma. Se Deus quiser, a gente consegue atingir uma alíquota menor do que os 26,5%, que divulgamos como estimativa, com base nas informações que temos hoje, disse. Na avaliação dele, a reforma reduzirá a sonegação e a inadimplência, o que possibilitará cobrar uma alíquota menor do que a carga tributária atual: A alíquota

média, em relação ao que tem hoje, vai ser certamente menor, afirmou o secretário.

De acordo com fontes próximas a Lira, o parlamentar não pretende permitir que esse novo imposto sobre consumo aumente ainda mais. E alíquota maior depende das isenções concedidas a setores e ele sempre alerta sobre isso, afirmou um assessor parlamentar.

O governo sugeriu imposto zero para 15 produtos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina. Outra lista teria redução de 60%, incluindo sal, carnes bovinas, suínas e de peixe. O imposto pago voltaria parcialmente para as famílias de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 706), o chamado cashback.

A bancada ruralista já se posicionou contra o mecanismo de desconto proposto pelo governo e sinalizou que tentará reverter o dispositivo, além de defender a inclusão de mais produtos na cesta básica. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defendeu, em nota, a desoneração de mais produtos na cesta, sem a existência de cashback, ou seja, mais isenções tendem a aumentar inevitavelmente a alíquota.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/04/6847833-aliquota-do-iva-brasileiro-pode-ser-a-maior-do-mundo-dizem-especialistas.html>

Contas públicas tem déficit de R\$ 1,5 bilhão em março

As contas do governo central tiveram um déficit de R\$ 1,5 bilhão em março, informou ontem o Tesouro Nacional. Embora negativo, trata-se do melhor resultado para o mês desde 2021, quando houve superávit de R\$ 2,5 bilhões. As contas do governo central incluem Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**. O resultado veio pior que o saldo positivo de R\$ 1,522 bilhão projetado por analistas em pesquisa da agência Reuters. Segundo o balanço, divulgado ontem, o resultado foi melhor do que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava um déficit primário de R\$ 5,1 bilhões.

No acumulado do primeiro trimestre, o superávit ficou em R\$ 19,4 bilhões. Nessa comparação, o dado é o pior para o período desde 2020, mas há influência negativa da antecipação de R\$ 30 bilhões do pagamento de sentenças judiciais (precatórios). Sem esse fator, o superávit teria sido de quase R\$ 60 bilhões, o melhor desde 2012. Em 12 meses, o governo central acumula déficit de R\$ 247,4 bilhões, em valor corrigido pela **inflação**, equivalente a 2,2% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) traçou o objetivo de alcançar um déficit zero em 2024, mas a margem de tolerância criada pelo novo arcabouço fiscal autoriza um resultado negativo em até R\$ 28,9 bilhões sem configurar estouro da meta. Na primeira avaliação do Orçamento, divulgada em março, o governo estimou um déficit de R\$ 9,3 bilhões, o equivalente a -0,1% do **PIB**. Mas esse resultado conta com o ingresso de R\$ 168,3 bilhões em receitas extras a partir de medidas aprovadas pelo Congresso Nacional.

Economistas do mercado financeiro são mais céticos quanto ao desempenho efetivo dessas iniciativas e projetam um déficit de 0,7 % do **PIB** neste ano. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, avaliou que o desempenho das medidas de arrecadação aprovadas pelo Congresso Nacional tem sido positivo para o governo. No primeiro trimestre, a receita líquida da União teve uma alta de 9,1%, já descontada a **inflação**. Segundo ele, esse resultado coloca o governo em condições de cumprir a meta fiscal de 2024.

outras nem tanto. Outras medidas podem ser anunciadas para compensar (frustrações). Não estamos longe de um patamar para ficar dentro das metas estabelecidas, precisamos apenas não descuidar e manter o foco", afirmou. No entanto, ele ressaltou que o cenário demanda "monitoramento e atenção" e é preciso "evitar renúncias significativas".

Site: <https://digital.em.com.br>

"Tem itens da receita que vão performar melhor,

Governo abre negociação diferenciada com municípios

Paralelamente à arguição da in-constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal da prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e da fixação da desoneração da contribuição previdenciária para cidades de até 156 mil habitantes, o governo federal abriu uma negociação.

A articulação é do Ministério da Fazenda com entidades ligadas aos municípios e com os setores empresariais antes beneficiados para encontrar um meio termo.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que mantém a forte atuação junto ao Supremo para garantir a manutenção da Lei 14.784/2023. Além disso, segue atuando para aumentar o número de assinaturas para apresentar a emenda de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 no Senado.

A matéria trata da desoneração da contribuição para o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) de todos os Municípios, mantendo a alíquota em 8% em 2024, subindo dois pontos percentuais ao ano e tomando-a permanente em 14% a partir de 2027.

Déficit chega a R\$1,5 bilhão

As contas do Governo Central registraram déficit primário em março. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 1,527 bilhão. O resultado sucedeu o déficit de R\$ 58,444 bilhões de fevereiro. O saldo, que reúne contas do Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central, foi o pior desempenho em termos reais para o mês desde o ano passado. A série histórica foi iniciada em 1997. Em março de 2023 o resultado havia sido negativo em R\$ 7,085 bilhões.

De janeiro a março há superávit de R\$ 19,43 bilhões, mas este é ainda o pior valor para saldos positivos desde 2020. Em igual período de 2023 o resultado era positivo em R\$ 31,2 bilhões.

Em março as receitas tiveram alta real de 8,5% ante igual mês do ano passado, e no acumulado dos três primeiros meses do ano há elevação de 8,9%.

NÚMEROS

O saldo apurado entre receitas e despesas reúne as contas do Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central.

Em 12 meses até março o Governo Central teve déficit de R\$ 247,4 bilhões, o equivalente a 2,2% do **PIB**.

De janeiro a março há superávit de R\$ 19,4 bi, mas este é ainda o pior resultado para saldos positivos desde 2020.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11067>

Desoneração pode trazer mudanças na Previdência

A manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e da desoneração para pequenos municípios traz o risco de uma nova reforma da Previdência em três anos, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele disse que o placar de 5 a 0 no Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da liminar que suspendeu a desoneração mostra a necessidade de acordos para evitar mais prejuízos à **Previdência Social**.

"Estamos desde outubro tentando conversar com os [17] setores e os municípios. O placar do Supremo deixa claro que temos de encontrar um caminho para não prejudicar a Previdência. Ou daqui a três anos vai ter de fazer outra reforma da Previdência, se não tiver receita. A receita da Previdência é sagrada, para pagar os aposentados. Não dá para brincar com essa coisa", disse o ministro ao retornar de reunião com o presidente Lula (PT).

O ministro se disse confiante em um acordo para resolver o impasse entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Apesar das recentes críticas do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao governo por ter recorrido ao Supremo, Haddad afirmou que o diálogo trará resultados. "Tem dado muito resultado o nosso diálogo com o Congresso e com o Judiciário. O Pacheco segue sendo um aliado", destacou o ministro.

No fim do ano passado, o Congresso aprovou o projeto de lei da desoneração que prorrogava, até 2027, a troca da contribuição previdenciária - correspondente a 20% da folha de pagamento - por uma alíquota entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta de empresas de 17 setores da economia. O projeto também cortou de 20% para 8% a alíquota das contribuições ao **INSS** por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento tem impacto de cerca de R\$ 9 bilhões por ano à **Previdência Social**. A ajuda aos pequenos municípios fará o governo deixar de arrecadar R\$ 10 bilhões por ano. Lula vetou o projeto, mas o Congresso derrubou o veto.

Na semana passada, com base em uma ação da AGU, o ministro do STF Cristiano Zanin concedeu liminar suspendendo a desoneração e submeteu sua decisão ao plenário. (Agencia Brasil)

"A receita da Previdência é sagrada. Não dá para brincar"

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/04/desoneracao-pode-trazer-mudancas-na-previdencia.html>

Governo central tem déficit primário de R\$ 1,527 bi em março

Brasília - O aumento das receitas fez o déficit primário cair em março de 2024.

No mês passado, o governo central - Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social** - registrou resultado negativo de R\$ 1,527 bilhão, contra déficit primário foi R\$ 7,083 bilhões em relação a março de 2023, queda de 79,3% além da **inflação** oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"Comparado a março de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação de aumento real de 8,3% (R\$ 12,6 bilhões) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e aumento real de 4,3% (R\$ 6,8 bilhões) das despesas totais", informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado ontem.

O resultado de março passado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 5,1 bilhões.

Nos três primeiros meses do ano, o governo central registra superávit primário de R\$ 19,431 bilhões, valor 39,8% menor que o obtido no mesmo período do ano passado, descontado o IPCA, quando foi R\$ 31,208 bilhões. As contas do governo ainda registram superávit em 2024 por causa do resultado positivo recorde de R\$ 79,337 bilhões em janeiro, já que em fevereiro o resultado negativo foi recorde com a antecipação de R\$ 30,1 bilhões de pagamentos de precatórios.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo, para o governo central.

O último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado no fim de março, projetou déficit primário de R\$ 9,3 bilhões para o governo central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do **PIB**. Para cumprir a meta fiscal, o governo bloqueou R\$ 2,9

bilhões do Orçamento e manteve a estimativa de arrecadar R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024.

Receitas - No último mês, as receitas líquidas subiram 12,6% em valores nominais.

Descontada a **inflação** pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 8,3%.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de **tributos**), houve alta de 9,9% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a **inflação**. Um dos destaques foi o aumento de R\$ 2,6 bilhões do Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e de R\$ 4,3 bilhões da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), decorrente da recomposição de **tributos** sobre os combustíveis e da recuperação da economia.

Ainda contribuiu para o resultado o aumento de R\$ 4,6 bilhões na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

Despesas - Em março, as despesas totais do governo central subiram 8,4% em valores nominais e 4,3% após descontar a **inflação**. Os dados são do relatório do Tesouro Nacional.

Turbinadas por gastos com saúde, as despesas obrigatórias com controle de fluxo subiram R\$ 1,2 bilhões acima da **inflação** em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. Ainda tiveram alta gastos com a **Previdência Social** (R\$ 4,1 bilhões) e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (R\$ 1,4 bilhão), reflexo do aumento no número de beneficiários e da política de valorização real do salário mínimo.

Entretanto, as elevações de despesa foram contrabalanceadas pela redução de R\$ 1,9 bilhão em pagamentos para Abono e Seguro Desemprego, que decorre da alteração do cronograma de pagamento do abono em 2024. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-30-04-2024/>

Contas do governo têm déficit de R\$ 1,5 bilhão

As contas do governo central (conceito que reúne Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) registraram em março um déficit primário (diferença entre receitas e despesas, sem contar o pagamento dos juros da dívida) de R\$ 1,527 bilhão - ante R\$ 7,085 bilhões, em valores nominais, há um ano.

Apesar da diferença, o resultado do mês passado ficou bem longe da mediana das expectativas do mercado financeiro, de um superávit de R\$ 1,4 bilhão, segundo levantamento do Projeções Broadcast.

No acumulado do ano, o resultado é de superávit de R\$ 19,431 bilhões, mas esse número é o pior desde 2020, pressionado pelo pagamento antecipado de precatórios (sentenças judiciais que não permitem mais recurso). Em igual período do ano passado, o indicador estava positivo em R\$ 31,209 bilhões, em termos nominais. Já em 12 meses até março, o governo central apresenta um déficit de R\$ 247,4 bilhões, o equivalente a 2,2% do **PIB**.

A divulgação dos novos resultados vem no momento em que o governo enfrenta resistência no Congresso à aprovação de novas propostas para aumentar a arrecadação.

Também ganhou status de briga entre os Poderes a manutenção ou não da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de prefeituras, depois que o Senado recorreu contra decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF, que sustou o benefício a partir de pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para 2024, o governo persegue duas metas. Uma é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do **PIB**), com uma variação de 0,25 ponto percentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria, então, de um déficit de até R\$ 28,8 bilhões.

A outra meta é a de limite de despesas, que é fixo em R\$ 2,089 trilhões neste ano.

No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em março, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um déficit de R\$ 9,3 bilhões para este ano, equivalente a

0,1% do **PIB**.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse considerar "viável e factível" a meta fiscal estabelecida para 2024 e para os próximos anos. Mas repetiu que o Brasil "não tem margem para queimar" em relação ao cenário fiscal, e que, apesar do resultado considerado positivo para o primeiro trimestre, é preciso ficar "muito atento" sobre a dinâmica de receitas e despesas.

"Um fôlego maior nas contas públicas só virá se a arrecadação se mantiver tão boa como foi até aqui ou houver uma sinalização mais enérgica do governo para cortar despesas", disse João Leme, da Tendências, que projeta déficit de 0,7% do **PIB** em 2024.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0cbfb5d3fd60733afdbdb4f0f8518443.pdf

Haddad: desoneração da folha traz risco de nova reforma da Previdência

A desoneração da folha de pagamentos pode trazer o risco de uma nova reforma da Previdência em breve. A declaração é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, depois da suspensão da medida pelo Supremo Tribunal Federal na última quinta-feira, atendendo a um recurso do governo. Os últimos dias foram de declarações e ações sobre o assunto. O ministro da Fazenda disse, em entrevista no fim de semana, que as contas públicas precisam ser equilibradas. E cobrou o Congresso nesse sentido. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, reagiu chamando a declaração de uma "admoestação". Ele que antes já havia considerado um "erro" essa judicialização.

Ainda na esteira desse impasse, Haddad disse, nessa segunda-feira (29) que esse placar do STF, que está em cinco a zero, deixa claro que é preciso encontrar um caminho. Lembrando a pressão sobre a previdência e o impacto estimado pelo governo de cerca de R\$ 9 bilhões por ano à previdência.

No fim do ano passado, o Congresso aprovou o projeto que prorrogava até 2027 a desoneração. Esse projeto troca a contribuição previdenciária - que é 20% da folha de pagamento - por uma alíquota entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta de empresas de 17 setores da economia. Esse projeto também cortou de 20% para 8% a alíquota das contribuições ao **INSS** dos municípios com até 156 mil habitantes. Além do impacto de R\$ 9 bilhões na previdência, essa ajuda aos municípios vai fazer o governo deixar de arrecadar R\$ 10 bilhões por ano. O projeto foi então vetado pelo presidente Lula e o Congresso derrubou o veto. E foi justamente por isso que o assunto foi parar no Supremo.

Nessa segunda-feira (29), o Haddad já tinha se reunido com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Na saída, Padilha disse que o governo fez o que era necessário e que as negociações sobre essa questão previdenciária vão continuar.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-04/haddad-desoneracao-da-folha-traz-risco-de-nova-reforma-da-previdencia>

Caixa conclui pagamento da parcela de abril do Bolsa Família

Publicado em 30/04/2024 - 07:30
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal conclui o pagamento da parcela de abril do Bolsa Família. Recebem nesta terça-feira (30) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,90. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês, o programa de transferência de renda do governo federal alcançou 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,19 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 130 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 120 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,68 milhões de famílias estão na regra de proteção em abril. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta terça-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 0. O valor deste mês foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 quilos.

Só pode ter acesso ao Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/caixa-conclui-pagamento-da-parcela-de-abril-do-bolsa-familia>

A matemática da filantropia do INSS (Previdência)

Com o nome de instituição de caridade ou entidade beneficente, redes gigantes de hospitais ou de universidades particulares há décadas são indiretamente financiados às custas da **Previdência Social**.

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

Não se trata de estabelecimentos de pequeno ou médio porte, em tese mais precisados do benefício fiscal. Mas de hospitais com 6.000 a 12 mil funcionários ou universidades com 10 mil a 25 mil alunos. Todos os meses o Instituto Nacional do Seguro Social deixa de arrecadar centenas de milhões de reais dessas instituições em prol de elas atenderem pequena parcela do público mais carente.

No Brasil, o setor filantrópico é formado por 27 mil instituições, composta por hospitais, ambulatórios, escolas, universidades, centros de acolhimento, lares de idosos e associações de defesa de direitos sociais.

Em tempos que se reclama tanto do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência e aumento da dívida pública, será que não chegou a hora de rever a política de isenção da contribuição previdenciária? Não seria mais inteligente receber os valores da contribuição previdenciária, ainda que pagando excepcionalmente por eventual serviço utilizado pela população no hospital ou universidade? Até porque temos universidades federais que têm cota para as minorias, bem como a rede do Sistema Único de Saúde que atende gratuitamente a maioria da população carente.

Em 2019, na última reforma da Previdência, o assunto fazia parte do pacote de mudanças, mas terminou sendo segregado e agora caiu no ostracismo da PEC Paralela, que não saiu do papel. Continua hibernando nas prateleiras do Congresso Nacional. O lobby dos maiores hospitais e universidades do país é muito forte para que esse assunto continue inerte.

Na época, o então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) precificou em seu relatório do impacto fiscal que a Previdência deixa de arrecadar R\$ 120 bilhões, conforme informações da Agência Senado. "Não

temos clareza sobre por que faculdades destinadas à elite da elite; hospitais que pagam salários de seis dígitos; ou bem-sucedidos produtores rurais não devem pagar o **INSS** de seus funcionários. A lógica aqui é simples: se eles não estão pagando, alguém está", pontuou Tasso em seu relatório.

Por outro lado, o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif) defende, na pesquisa "A contrapartida do setor filantrópico no Brasil", que a imunidade tributária de instituições filantrópicas retorna quase dez vezes mais benefícios para a sociedade, com bolsas de estudo, vagas na assistência social e procedimentos hospitalares.

Apesar dessa pesquisa, feita pelo próprio Fonif, a **Previdência Social** não torna público o número de que ela deixa de arrecadar para os cofres previdenciários. É um assunto praticamente intocado.

É evidente que o setor filantrópico gera benefício para a sociedade. Mas esta também depende da saúde financeira do **INSS** para prover no futuro as despesas de trabalhadores que não conseguem mais trabalhar, estão doentes ou morrem. Embora o **INSS** seja tratado com regras onerosas, próprias de um seguro privado, ele tem despesas a honrar. Não são poucas nem baratas. Ter uma **previdência social** forte é interesse de toda sociedade.

Ao longo das décadas, a arrecadação previdenciária vem sofrendo prolongados abalos, cujo principal algoz é o próprio governo quando resolve renovar a desoneração da folha de pagamento ou mesmo não revendo as isenções previdenciárias dos grandes hospitais e das universidades particulares.

Não existe almoço grátis. Se os grandes hospitais e universidades não pagam a contribuição destinada ao custeio do **INSS**, alguém vai pagar por isso. Quem tem assumido a conta da filantropia tem sido o trabalhador na hora de se aposentar.

Ela é concretizada nas sucessivas reformas previdenciárias que buscam o equilíbrio financeiro, já que parte significativa da arrecadação previdenciária não é custeada por hospitais e universidades particulares.

O resultado dessa matemática da filantropia são

milhares de trabalhadores pagarem, cada um um pouquinho por essa conta, ao precisarem contribuir por mais tempo para se aposentar ou terem o benefício reduzido drasticamente em função das novidades da última reforma previdenciária.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

lembrando que filantropia inclui hospital A. Einstein da mesma forma que a Santa Casa de Misericórdia... atendem pessoas em setores sociais diametralmente opostos... para refletir.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/04/a-matematica-da-filantropia-do-inss.shtml>

Fim do prazo para declarar o Imposto de Renda cai no feriado; veja como fazer a declaração (Imposto de Renda)

O prazo para enviar a declaração do Imposto de Renda acaba em pouco mais de um mês, em 31 de maio, durante o feriado de Corpus Christi .

As unidades da **Receita Federal** estarão fechadas para atendimento presencial na quinta (30) -dia do feriado- e na sexta (31), mas a entrega funcionará normalmente pela internet.

A declaração original , que é a enviada pela primeira vez pelo contribuinte, só pode ser entregue de maneira remota, usando o PGD (Programa Gerador de Declaração), que pode ser baixado no computador, no aplicativo Meu Imposto de Renda (disponível para celular e tablet) ou o portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita.

Veja aqui passo a passo como declarar nas três opções .

Segundo a instrução normativa 2.178, que estabelece as regras do IR, as agências da **Receita Federal** não recebem a declaração original. O envio é restrito à internet. Presencialmente, a Receita recebe as declarações retificadoras e os documentos solicitados pela fiscalização quando o contribuinte cai na malha fina. Ambos também podem ser entregues pela internet na maioria dos casos.

O órgão recomenda que o contribuinte que precise ir presencialmente agende com antecedência um horário em uma unidade da Receita. As agências fecharão em 30 e 31 de maio, e só voltam a atender em 3 de junho.

O agendamento pode ser feito pelo aplicativo Agendamento RFB, disponível nas lojas oficiais do PlayStore (para Android) e App Store (para iOS). Para atendimento preferencial, é possível marcar o horário pelo site da Receita .

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A Receita informou que terá equipes do órgão e do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados),

que estarão de plantão para acompanhar, durante o feriado, o funcionamento dos sistemas que recebem as declarações.

A recomendação é que o contribuinte evite entregar a declaração nos últimos dias. "Sempre é melhor entregar a declaração o mais rápido possível. É bom evitar o estresse dos últimos dias com possíveis problemas como, por exemplo, o sistema da Receita ter lentidão ou sair do ar", afirma Marcos Hangui, especialista em Imposto de Renda da King Contabilidade.

A expectativa é que 43 milhões de pessoas enviem a declaração neste ano. Até a tarde de segunda-feira, mais de 19 milhões de documentos chegaram ao fisco. O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio . Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 , o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à

incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Caso você seja obrigado a declarar, escolha se vai preencher os dados pelo PGD, app Meu Imposto de Renda ou portal e-CAC.

Com o programa aberto, o contribuinte pode escolher se começa a declaração do zero ou importando os dados do ano anterior. Ele pode também optar pela declaração pré-preenchida, caso tenha conta ouro ou prata no portal gov.br.

Veja abaixo uma descrição de cada ficha

Com as fichas preenchidas, faça uma revisão em todos os dados e, em seguida, escolha a melhor forma de tributação no lado esquerdo. As opções são "por deduções legais", que é a declaração completa, e "por desconto simplificado", que desconta R\$ 16.754,34 do imposto devido.

Escolha a melhor tributação. Para enviar, vá em "Verificar pendências". Se houver alguma, será sinalizado e é preciso resolver para continuar. Pendências em vermelho impedem o envio do IR, as amarelas, não.

Se não houver pendências, vá em entregar declaração. O sistema pedirá os dados para pagamento de restituição ou sobre como será pago o imposto pendente.

Preencha e grave a declaração para enviar; o programa irá fechar o documento e, em seguida,

clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia da declaração e do recibo; imprima ser for necessário.

O prazo de entrega vai de 15 de março a 31 de maio. A declaração pré-preenchida foi disponibilizada em 12 de março. Quem opta pelo modelo entra na fila de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

O motivo de iniciar a entrega da declaração em 15 de março é dar ao menos 15 dias para que os sistemas da **Receita Federal** sejam abastecidos com as informações que são enviadas por fontes pagadoras para o órgão.

As empresas tiveram até o final de fevereiro para entregar os dados de cada cidadão à Receita e para disponibilizar os informes de rendimentos aos contribuintes. Quem não recebeu, deve procurar a fonte pagadora e solicitar o documento.

A restituição será paga em cinco lotes, sendo o primeiro em 31 de maio, último dia do prazo para entrega da declaração. Há uma lista de prioridade para o pagamento, que segue esta ordem:

A tabela mensal ou anual de desconto do Imposto de Renda é uma orientação para que os contribuintes saibam a partir de que valor há obrigatoriedade de fazer o recolhimento do tributo e quem está isento do IR.

Um dos pontos principais para saber se precisa declarar é somar a renda tributária recebida no ano. São rendimentos tributários valores de salários, aposentadoria, renda como autônomo e aluguel de imóvel, por exemplo. Se o valor anual ultrapassar o limite de renda da Receita, é preciso declarar.

Também há outras regras, como ter recebido rendimentos isentos e não tributáveis acima de R\$ 200 mil no ano. FGTS é um exemplo de renda não tributável.

Quem tem bens e direitos -somando imóvel e carro, por exemplo- acima de R\$ 800 mil também é obrigado a declarar. O valor a ser usado é o da compra do bem.

Caso o contribuinte tenha imposto a pagar, ele terá até 10 de maio para informar à Receita que deseja quitar a cota única ou a primeira cota em débito automático. Para isso, ele terá de enviar a declaração e indicar a opção. Após esta data, o tributo só poderá ser pago por meio da guia da Receita.

O prazo para pagamento em cota única ou da primeira parcela será 31 de maio. As outras cotas serão pagas no último dia útil de cada mês.

Veja o cronograma:

Empresas, instituições financeiras e órgãos públicos tiveram até 29 de fevereiro para entregar o informe de rendimentos referente a 2023. Além disso, o contribuinte já pode reunir outros documentos para começar a organizar a declaração do IR, como recibos e notas de despesas médicas e de educação, comprovantes de compra e venda de veículos ou imóveis no ano passado, entre outros.

"O primeiro cuidado que o contribuinte tem que ter é em conseguir a documentação e fazer a triagem de tudo o que vai precisar", diz Valdir Amorim, da IOB.

Lista de documentos básicos:

O contribuinte precisa do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda e ter em mãos alguns documentos pessoais e cadastrais, como:

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/fim-do-prazo-para-declarar-o-imposto-de-renda-cai-no-feriado-veja-como-fazer-a-declaracao.shtml>

'Brasil é campeão de tributação sobre a folha', diz economista da FGV

O economista e coordenador do curso de neurobusiness (aplicação da neurociência aos negócios) da Fundação Getulio Vargas (FGV), Robson Gonçalves, avalia que a reoneração da folha de pagamento pode levar as empresas a buscarem saídas para compensar esses custos, tornando ainda mais precário o mercado de trabalho, com terceirização ou aumento da informalidade.

O governo obteve, no Supremo Tribunal Federal (STF), liminar para suspender a desoneração da folha de 17 setores, que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Com a desoneração, as empresas não deixam de pagar **impostos**: elas substituem a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha por um percentual sobre a receita bruta, de 1% a 4,5%.

Qual impacto pode haver no mercado de trabalho se houver a reoneração da folha de pagamento?

A reoneração da folha pode estimular ainda mais a precarização do mercado de trabalho (com terceirização e informalidade), caso não haja uma fiscalização atenta do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Já existe uma tendência forte à precarização do trabalho em razão dos muitos auxílios pagos pelo setor público. Muitos trabalhadores preferem não ter registro em carteira para poder ter direito a esses benefícios.

Na Europa, países como França e Alemanha estão preocupados com a questão previdenciária, mas ainda assim tributam menos o trabalho do que o Brasil...

Sim. Em países com alta tributação, como França e Itália, esse indicador é de 43% e 52%, respectivamente, segundo indicadores da Organização das Nações Unidas (ONU). Países como Índia, segundo a mesma fonte, tributam a folha em cerca de 4%. Aqui, fica na ordem de 60%, na média nacional.

E como funciona nos Estados Unidos ?

Os EUA tributam a folha em menos de 9%. Mas a ideia de "direitos trabalhistas" lá é bem diferente. Os contratos de trabalho são, basicamente, matéria de Direito Civil. Então, os trabalhadores têm mais ou menos a mesma "proteção" que têm qualquer pessoa que assine um contrato. É claro que há aspectos próprios das relações de trabalho. Mas, via de regra,

as relações trabalhistas nos Estados Unidos são bem mais market oriented (orientadas pelo mercado), como o próprio acesso à saúde, por exemplo.

O Brasil é um dos campeões de tributação sobre a folha?

Sim, o Brasil é campeão de tributação sobre a folha de salários.

Qual é a saída para isso?

A questão no Brasil é conseguir fontes de financiamento para a Previdência. Assim, caso seja possível tributar outras atividades que não o emprego e, com isso, evitar o crescimento explosivo do déficit previdenciário, é possível desistir da oneração. Mesmo assim, o grande problema da Previdência é o regime dos funcionários públicos federais, muito mais do que o regime geral do **INSS**.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/30/brasil-e-campeao-de-tributacao-sobre-a-folha-diz-economista-da-fgv.ghtml>

Estados querem autonomia para fixar cashback

Lu Aiko Otta

Os Estados querem autonomia para decidir o tamanho do cashback que pagarão aos contribuintes quando esse mecanismo entrar em vigor, como parte da **reforma tributária** sobre o consumo.

Se for estabelecido um desenho único para todo o país, algumas unidades da Federação poderão enfrentar desequilíbrio fiscal, disse ao Valor o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte.

A **reforma tributária**, cuja proposta de regulamentação foi apresentada na semana passada ao Congresso Nacional, prevê que famílias de baixa renda receberão de volta parte dos **tributos** pagos sobre alimentos, água, energia e gás. No entanto, os Estados querem fazer essa política pública conforme o tamanho de seus bolsos, explicou.

O Comsefaz divulgou nota listando nove pontos em que não há acordo com o governo federal, em relação ao projeto apresentado na semana passada.

Além disso, o projeto de lei que regulará o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) não foi encaminhado ao Legislativo no cronograma original por falta de acordo entre União e Estados. O plano era apresentar os dois projetos simultaneamente.

A falta de acordo ocorre, nas duas propostas, porque os Estados veem risco de perda de autonomia federativa. O cashback é um exemplo.

Outro é a possibilidade de manter os fundos de combate à pobreza, que os Estados hoje financiam com um adicional de 2% no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). É um tema importante para Estados do Norte e Nordeste, ressaltou o presidente do Comsefaz.

Há discordância também em relação ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, criado para ressarcir as empresas que perderão os incentivos fiscais estaduais com a reforma.

O Ministério da Fazenda propõe apoiar apenas aqueles benefícios concedidos sob condição onerosa, ou seja, que envolvem algum tipo de contra partida pela empresa. Os Estados defendem um conceito mais amplo, incluindo todos os benefícios convalidados pela Lei Complementar 160.

Tampouco foi possível alcançar um acordo em relação ao pleito dos Estados de manter o sistema de substituição tributária, hoje responsável por 38% da arrecadação do ICMS. A Fazenda considera o modelo inadequado ao novo sistema.

Há discordância também em relação ao período em que será medida a arrecadação do ICMS para definir a distribuição das receitas do IBS, criado pela reforma. Os Estados defendem que seja de 2020 a 2027. A Fazenda defendia um intervalo menor, de quatro anos. Sem acordo, o projeto de lei não especifica datas.

Outros pontos de discordância envolvem a tributação de compras governamentais, a diferenciação entre crédito acumulado e saldo credor do IBS, a prestação de informações pelas instituições financeiras ao Comitê Gestor e ajustes no Simples Nacional, para que a tributação fique no destino.

Xavier não detalhou as divergências a respeito do projeto de lei que regulará o Comitê Gestor. Mas, também nesse caso, há preocupação com a autonomia dos Estados e municípios nas funções de arrecadar e fiscalizar os novos **tributos**, além de decidir políticas públicas. Governadores deverão entrar em campo para assegurar esse princípio.

Segundo o presidente do Comsefaz, é preciso cautela para que questões corporativas não contaminem a montagem do novo sistema tributário.

Em relação ao projeto de lei que já foi encaminhado ao Congresso, a estratégia dos Estados é negociar alterações com deputados e senadores. O projeto que está em elaboração ainda será objeto de negociações ao longo desta semana.

As divergências não são grandes nem incontornáveis ao ponto de ameaçar a implementação do novo sistema, assegurou o secretário. Ele afirmou que os Estados defendem a premissa da simplificação trazida pela **reforma tributária**.

O secretário ainda elogiou o fato de o governo federal haver aberto o diálogo com Estados e municípios para elaborar a proposta de regulamentação da **reforma tributária**. O diálogo vem sendo feito desde janeiro e, no processo, houve muita convergência, ressaltou.

O secretário especial de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, também tem dito que a elaboração da proposta de regulamentação da **reforma tributária** foi feita "a seis mãos", em colaboração com Estados e municípios.

O Valor questionou o Ministério da Fazenda sobre esses pontos, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

É preciso cautela para que questões corporativas não contaminem o novo sistema tributário

Carlos Eduardo Xavier

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1§ion=1)**

Contencioso tributário ativo: opcional ou obrigatório? - OPINIÃO JURÍDICA

Daniel Ávila é advogado e sócio do escritório Locatelli Advogados

Entre uma reunião e outra com os clientes ainda é comum ouvir a seguinte frase: "aqui em nossa empresa somos muitos conservadores. Só ingressamos com uma discussão tributária quando o assunto já foi pacificado pelos tribunais". Parece um posicionamento defensivo, até coerente, mas diante do novo cenário que foi inaugurado com o julgamento da "tese do século", isso pode representar a exposição a um risco completamente desnecessário.

O que significa ser conservador? Quais riscos de um mandado de segurança? São maiores que o das modulações de efeitos sobre os temas tributários? Essas são algumas perguntas importantes na definição de uma estratégia tributária conservadora e é o nosso assunto de hoje.

Desde o dia 12 de maio de 2021, o conceito de conservadorismo ganhou contornos diferentes no tributário. Esta foi a data em que ministra Cármen Lúcia votou pela modulação dos efeitos do julgamento em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que o ICMS não compõe base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins.

A partir desse dia, houve uma mudança substancial na forma de entender e tratar o contencioso tributário ativo na busca por economia e recuperação tributária. A maior parte dos contribuintes acabou sendo impactado e perdeu o direito de recuperar os valores indevidamente recolhidos.

Em síntese, créditos que antes prescreviam mensalmente passaram a se tornar irrecuperáveis, mesmo com uma decisão judicial favorável. Ou seja, quem aguardou uma posição em definitivo, acreditando que essa seria a postura mais conservadora, acabou assumindo um risco desnecessário.

"E se o meu concorrente tivesse se antecipado?" Quem acompanhou a evolução dos julgamentos tributários mais recentes pôde perceber um traço característico dos tribunais em preservar o direito dos que se anteciparam, ainda que de forma reflexa. No intuito de reduzir o impacto para os cofres públicos, a modulação de efeitos tem definido um marco temporal

para limitar o montante recuperável.

Entre alguns exemplos, podemos citar a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a Selic na repetição de débitos tributários (Tema 962) e a abusividade da alíquota de ICMS incidente sobre energia elétrica e telecomunicações (Tema 745), ambos julgados pela sistemática de repercussão geral pelo STF.

Em um ambiente competitivo, a diferença de disponibilidade de caixa pode significar mais capacidade de investimento, menor custo financeiro, melhores margens de negociação e, no limite, até a permanência no mercado. A área tributária muda as referências de preço e pode definir o resultado de muitos negócios, se bem conduzida.

Como não poderia deixar de ser, os tribunais e ministros sempre nos surpreendem. Mais recentemente, tivemos um caso curioso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando julgou o Tema 1079 pela sistemática dos recursos repetitivos - a limitação das contribuições ao Sistema S a base de cálculo de 20 salários mínimos. Mesmo contando com mais de 20 decisões favoráveis aos contribuintes, a la Seção decidiu rever seu posicionamento, não mais reconhecendo a limitação das contribuições parafiscais.

Os arranjos políticos das Cortes superiores jamais serão declarados, mas também chama a atenção o seguinte fato: o STJ buscou preservar o interesse cios que se anteciparam e contavam com decisão favorável, mesmo julgando o tema de forma desfavorável à tese dos contribuintes. Ou seja, quem se antecipou e possuía uma ação distribuída até o dia 25 de outubro de 2023, em princípio poderá deixar de recolher os valores ou recuperá-los até a data de publicação do acórdão.

Os times fiscais e tributários possuem protagonismo na formação de preços, participação de concorrência e definição de negócios no Brasil. Isso não é de hoje e, mesmo com a **reforma tributária**, permanecerão essenciais e estratégicos para a maior parte das operações funcionarem.

Nesse sentido, como se orientar entre tantos temas possíveis, por onde começar? Em geral, no

contencioso tributário ativo, as teses que foram afetadas pela sistemática da repercussão geral (STF) e dos recursos repetitivos (STJ) devem ser prioritárias na avaliação.

Outros dois critérios são o da relevância financeira e a elaboração de um estudo setorial. Os valores envolvidos são expressivos, meus pares já discutem esses assuntos? Essas são perguntas que podem orientar o time nas avaliações e definição de uma agenda de temas a serem endereçados.

E não espere vencer todas as discussões, não é esse o objetivo. Por fatores diversos, os julgamentos podem ser favoráveis ou desfavoráveis. São mais cíclicos do que coerentes. O importante é garantir uma carteira diversificada de temas e aguardar a conclusão de um julgamento, como uma poupança, uma carteira de investimentos de longo prazo.

E isso nos leva a pensar na relação risco versus retorno das iniciativas nas discussões tributárias. Se o contribuinte vence uma tese, ele consegue recuperar os valores indevidos de forma atualizada. E se for derrotado? Ele praticamente sai sem nenhum passivo - o mandado de segurança não está sujeito à condenação em honorários de sucumbência.

Considerando todas essas evidências, nos parece que discutir as teses tributárias passa a não ser mais uma opção ou faculdade, mas um dever fiduciário dos executivos em relação aos interesses dos negócios que dirigem e representam.

Daniel Ávila é advogado e sócio do escritório Locatelli Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856>

Chegou a hora de reduzir a jornada de trabalho (Artigo)

REGINALDO LOPES Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Entre as datas comemorativas, o 1º de Maio tem um valor especial. Desde 1886, é considerado o Dia do Trabalhador. Todo ano, os operários de Chicago, nos Estados Unidos, organizaram uma greve geral para reivindicar a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. O ato paralisou o país e ficou marcado por passeatas, piquetes e muita violência policial.

De lá para cá, muitas foram as manifestações, lutas e conquistas que mudaram o mundo do trabalho. Mas a tendência pela redução da jornada laboral continua atual.

Desde aquele período, o mundo viveu uma verdadeira revolução tecnológica com o advento da internet e da informatização, que provocaram um aumento exponencial de aplicações da inteligência artificial. A automação de processos fez com que os robôs começassem a ocupar o lugar do homem na indústria. O fenômeno começou nas fábricas, mas atualmente atinge todos os ramos do trabalho, com um crescente aumento de produtividade. Os resultados devem ser compartilhados com os trabalhadores, que devem ter mais tempo livre para cuidar da família, mais qualidade de vida e se qualificar para os novos desafios da modernidade.

Em consonância com essa tendência, apresentei em 2019 uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019) defendendo a redução da jornada para 36 horas semanais trabalhadas, numa mudança que seria implementada ao longo dos próximos dez anos. A jornada teria duração normal não superior a oito horas diárias e 36 semanais, facultada a compensação de horários e negociação mediante acordo ou convenção coletiva.

Reduzir a jornada seria uma saída para impulsionar a economia, levando à melhoria do mercado de trabalho. Permitiria a geração de novas oportunidades de ocupação e a diminuição do desemprego, da informalidade e da precarização, além de aumentar a massa salarial e a produtividade. Isso teria como consequência o crescimento do consumo, completando assim um círculo virtuoso na economia, em uma política na qual todos ganham.

Se a luta pela redução da jornada de trabalho é antiga, em 2024 ela tem um componente novo. Com a aprovação da **reforma tributária**, as empresas, principalmente as industriais, terão ganhos extraordinários com a simplificação e redução dos **impostos**. Todas essas conquistas precisam ser divididas entre empresários e trabalhadores.

A **reforma tributária** foi a grande mudança estrutural realizada desde a democratização do país. Reduzir a jornada laboral poderia ser outra política estruturante para modernizar e aumentar a produtividade econômica. Seria um grande legado deixado pelo presidente operário, que conhece como ninguém o mundo do trabalho. Encerrando o mês do trabalhador, as centrais sindicais preparam caravanas para Brasília para apresentar suas reivindicações e querem levar essa pauta diretamente ao presidente Lula. Preparam um grande ato no Congresso Nacional para lançar uma campanha em defesa da aprovação da PEC 221/2019.

Há poucos dias, participei do Encontro do Segmento Siderúrgico, realizado em João Monlevade, e de uma reunião com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem para apresentar os pontos do meu projeto e suas justificativas. Em ambas as ocasiões, fiquei impressionado com a receptividade e animação dos participantes. Estão esperançosos com a possibilidade de aprovar essa conquista na atual conjuntura. Percebi que o momento é o ideal para lutar por uma jornada de trabalho menor, o que é, antes de tudo, um avanço civilizatório.

Os ganhos de produtividade da economia brasileira virão da **reforma tributária**, com o imposto sobre o valor agregado, educação e inovação tecnológica, inteligência artificial e com a redução da jornada de trabalho para 36 horas.

REGINALDO LOPES, Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Aumentar cesta básica desonerada piora situação dos mais pobres, diz Banco Mundial (Reforma tributária)

A melhor forma de beneficiar os mais pobres nas discussões da **reforma tributária** é reduzir o número de produtos na Cesta Básica Nacional e aumentar a devolução dos novos **tributos** via cashback, afirma o Banco Mundial.

Simulações da instituição a partir de uma ferramenta que será disponibilizada em breve ao público mostram que os produtos incluídos na proposta do governo já elevaram a alíquota sobre outros produtos de 22,1% para 26,5%. Com mais desonerações, ela pode chegar a 28%.

A proposta de regulamentação da reforma apresentada pelo Ministério da Fazenda prevê tributação zero para 18 categorias de produtos que vão entrar na Cesta Básica Nacional. Outros alimentos, como as carnes, terão redução de 60% na alíquota.

Segundo o governo, a carga tributária média dos alimentos favorecidos vai cair de 11,6% para 4,8%. No caso dos mais pobres, cairá para 3,9%, após o cashback .

Cornelius Fleischhaker,, economista sênior para o Brasil do Banco Mundial, diz que a desoneração da cesta beneficia mais as pessoas de alta renda, que são aquelas que gastam mais com esses produtos, porque consomem mais em quantidade e qualidade.

"O rico sempre vai se beneficiar mais de uma cesta básica [desonerada] do que os pobres. É uma medida ineficiente", disse o especialista em evento realizado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) nesta segunda-feira (29).

Fleischhaker diz que o benefício também não impede que as famílias de baixa renda sejam proporcionalmente mais tributadas no seu consumo. A cesta representa cerca de 20% do consumo da baixa renda.

O banco fez uma simulação em que se colocam todos os alimentos na cesta básica, o que acaba com o cashback, já que não haveria imposto a ser devolvido. Com isso, a tributação fica pior para os mais pobres.

"Uma cesta básica mais ampla no lugar do cashback levará a um resultado pior para as camadas mais baixas da sociedade e a uma alíquota padrão mais alta."

Outra simulação vai no sentido contrário: coloca na cesta apenas os alimentos com alíquota zero determinada na Constituição: produtos hortícolas, frutas e ovos.

Isso permite ampliar o cashback, reduzir ainda mais o percentual de tributação dos mais pobres e diminuir a alíquota geral sobre os demais bens e serviços para todas as camadas de renda.

"Se quiserem uma reforma mais progressiva, o caminho é reduzir o máximo possível a cesta [básica nacional] e outras reduções de alíquota e aumentar o cashback", afirma o especialista.

A desoneração completa dos alimentos é defendida pelo agronegócio e pela indústria e comércio de alimentos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

No mesmo evento, o diretor da Secretaria de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda Rodrigo Orair afirmou que nem sempre a desoneração chega ao bolso do consumidor. Quando o benefício é repassado aos alimentos, a maior parte dele fica com as classes mais favorecidas.

Pela proposta do governo, um terço da população receberia o cashback.

Orair afirmou que diversos estudos mostram que, em geral, favorecimentos têm impacto redistributivo de renda desfavorável. Por isso, muitos países têm trocado desonerações pela devolução de **tributos** aos mais pobres. "O cashback tem inclusão. Ele vai direto no bolso da família mais pobre."

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente.
Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Perfeito raciocínio !! Ainda vai beneficiar o rico
agronegócio industrial. Casback para os pobres já.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/aumentar-cesta-basica-desonerada-piora-situacao-dos-mais-pobres-diz-banco-mundial.shtml>

Brasil e campeão de tributação sobre a folha

JOÃO SORIMA NETOjoao.sonmafi5poglobocom.br são paulo

ENTREVISTA: Robson Gonçalves / economista da fgv

O economista e coordenador do curso de neurobusiness (aplicação da neurociência aos negócios) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Robson Gonçalves, avalia que a reoneração da folha de pagamento pode levar as empresas a buscarem saídas para compensar esses custos, precarizando ainda mais o mercado de trabalho, com terceirização ou aumento da informalidade. O governo obteve, no Supremo Tribunal Federal (STF), liminar para suspender a desoneração da folha de 17 setores, que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Com a desoneração, as empresas não deixam de pagar **impostos**: elas substituem a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha por um percentual sobre a receita bruta, de 1% a 4,5%.

Que impacto pode haver no mercado de trabalho se houver a reoneração da folha de pagamento?

A reoneração da folha pode estimular ainda mais a precarização do mercado de trabalho (com terceirização e informalidade), caso não haja uma fiscalização atenta do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Já existe uma tendência forte à precarização do trabalho em razão dos muitos auxílios pagos pelo setor público. Muitos trabalhadores preferem não ter registro em carteira para poder ter direito a esses benefícios.

Na Europa, países como França e Alemanha estão preocupados com a questão previdenciária, mas ainda assim tributam menos o trabalho do que o Brasil... Sim. Em países com alta tributação, como França e Itália, esse indicador é de 43% e 52%, respectivamente, segundo indicadores da Organização das Nações Unidas (ONU). Países como Índia, segundo a mesma fonte, tributam a folha em cerca de 4%. Aqui, fica na ordem de 60%, na média nacional.

E como funciona nos Estados Unidos?

Os EUA tributam a folha em menos de 9%. Mas a ideia de "direitos trabalhistas" lá é bem diferente. Os contratos de trabalho são, basicamente, matéria de Direito Civil. Então, os trabalhadores têm mais ou menos a mesma "proteção" que têm qualquer pessoa que assine um contrato. É claro que há aspectos próprios das relações de trabalho. Mas, via de regra,

as relações trabalhistas nos EUA são bem mais market oriented (orientadas pelo mercado), como o próprio acesso à saúde, por exemplo.

O Brasil é um dos campeões de tributação sobre a folha?

Sim, o Brasil é campeão de tributação sobre a folha de salários.

Qual é a saída para isso?

A questão no Brasil é conseguir fontes de financiamento para a Previdência. Assim, caso seja possível tributar outras atividades que não o emprego e, com isso, evitar o crescimento explosivo do déficit previdenciário, é possível desistir da oneração. Mesmo assim, o grande problema da Previdência é o regime dos funcionários públicos federais, muito mais do que o regime geral do **INSS**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo negocia acordo com municípios e empresas

VERA MAGALHÃES

Simultaneamente à arguição da inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) da prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e da fixação da desoneração da contribuição previdenciária para municípios de até 156 mil habitantes, o Ministério da Fazenda abriu uma negociação com entidades ligadas aos municípios e com os setores empresariais antes beneficiados pela medida para encontrar um meio-termo. A negociação também envolve sinalizações ao Congresso, sobretudo ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, para evitar que o clima beligerante cresça e ameace outras votações importantes.

Com os municípios, a negociação já está mais avançada, pois começou semanas antes. A proposta que está sendo burilada envolve a renegociação do passivo previdenciário das prefeituras, que tem alguma semelhança com a renegociação da dívida dos estados. Não se mexeria, portanto, na contribuição previdenciária daqui para a frente, até porque existe um entendimento, que o STF está prestes a chancelar por larga maioria, de que isso é inconstitucional à luz da Reforma da Previdência, aprovada em 2019.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Com as empresas, a ideia é sugerir um período de transição entre o atual modelo de desoneração de **tributos** federais sobre a folha de pagamento de 17 setores. O governo não gostaria de estender o benefício para além do fim deste ano, mas os termos de uma eventual medida ainda estão muito incipientes.

O governo avalia que a evidência de que o STF está prestes a formar maioria que permitiria até encerrar a desoneração imediatamente favorece um acordo, uma vez que, até agora, as empresas estavam calçadas pelo entendimento reiterado pelo Congresso de estender o benefício até 2027.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os ministros do Planalto e Lula passaram o fim de semana no processo de tentar "distensionar" o ambiente com o Congresso, sobretudo com Pacheco, que foi quem mais externou contrariedade com a decisão de ir ao Supremo.

Interlocutores do Executivo e também do presidente do Senado coincidem na avaliação de que não existe um clima de "dar o troco" no governo da parte da Casa. Assim, a ideia segundo a qual o Senado poderia derrubar o acordo selado na Câmara para o fim gradual do Perse, o programa que beneficia o setor de eventos, é vista como especulação por ambos os lados do debate.

O pedido de vista do ministro Luiz Fux adiou o desfecho definitivo da novela da desoneração, mas não deve ter o condão de evitar a derrota do Congresso, das empresas e dos municípios. O gesto do ministro foi visto como uma tentativa justamente de propiciar tempo para um acordo, mas setores do governo alertam que a manutenção de uma liminar, portanto monocrática e provisória, em um tema tão sério só reforça a insegurança jurídica para todos os interessados.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Suspensão da desoneração criou "limbo jurídico" para empresas

A suspensão de trechos da lei que regulamenta a desoneração da folha de pagamento para 17 setores intensivos em mão de obra criou um "limbo jurídico" para empresas atingidas pela medida. Na avaliação de representantes dos segmentos, a decisão é prejudicial pois cria incertezas, em um momento em que as companhias já haviam elaborado seus orçamentos com base na prorrogação do programa.

Na semana passada, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do governo e suspendeu trechos da lei que prorrogou a desoneração para os setores e instituiu medida semelhante para pequenos municípios. Quatro ministros o acompanharam na decisão. O ministro Luiz Fux pediu vista e interrompeu o julgamento no plenário virtual. Enquanto isso, a liminar segue em vigor ou seja, a desoneração está suspensa.

A lei contestada pelo Executivo foi aprovada pelo Congresso no ano passado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou o texto, mas, posteriormente, parlamentares derrubaram a decisão presidencial e promulgaram a nova legislação.

Por isso, companhias se programaram de acordo com a legislação duplamente referendada no Legislativo e que, agora, volta a ser contestada no Judiciário.

O modelo de desoneração é o de substituição tributária, mais adequada a segmentos intensivos em mão de obra. Nele, segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

Segundo a **Receita Federal**, a cobrança dos **tributos** que incidem sobre a folha começa a valer imediatamente, a partir da liminar. Na interpretação do Fisco, não há anterioridade anual ou nonagesimal em declaração de inconstitucionalidade, mesmo em liminar "ex nunc", hipótese levantada por alguns tributaristas. Quando há uma liminar "ex nunc", caso do processo da desoneração, a decisão vale daquele momento da liminar em diante, não para o passado.

"A decisão gerou completa insegurança jurídica. Estaremos todos inadimplentes, caso perdure esta decisão?", questiona Vivien Suruagy, presidente da

Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infra estrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra).

Já a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) estima que a suspensão reduzirá a produção em mais de 20% (cerca de 150 milhões de pares a menos), além da demissão de cerca de 30 mil pessoas em dois anos.

No campo político, a medida acirrou atritos entre Poderes. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi ao Supremo questionar a decisão. Nessa segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou que o episódio crie conflito com parlamentares.

"Não temo, porque tem dado muito resultado o nosso diálogo com o Congresso e com o judiciário", disse. "O Pacheco segue sendo um aliado", completou o ministro. (Colaborou Jéssica Sant'Ana)

"Estaremos todos inadimplentes, caso perdure esta decisão?" Vivien Suruagy

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1§ion=1>

Só IR na compra e venda de imóvel e carro usados

A regulamentação da **Reforma Tributária** prevê que a compra e venda de imóveis e carros usados por pessoas físicas continue isenta da cobrança de imposto sobre bens. O novo sistema vai criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que irá recair sobre o consumo de bens e serviços.

Hoje, o vendedor ou comprador precisa apenas declarar a venda e aquisição do bem no Imposto de Renda, sendo o vendedor tributado sobre os ganhos.

Com o novo sistema, isso será mantido. No entanto, se for identificado que a pessoa física utiliza de compra e venda de imóveis ou veículos como uma forma de negócio, ela será tributada "Não incidem o IBS e a CBS (os novos **impostos**) na alienação, locação e arrendamento de bem imóvel que seja de propriedade de pessoa física sujeita ao regime regular do IBS e da CBS e não seja utilizado de forma preponderante em suas atividades econômicas", diz o texto.

No caso das empresas, a compra de um imóvel ou carro, após tributada pelo IVA, poderá ser creditada, quando a parcela do imposto sobre a compra é devolvida ao contribuinte. Isso para compra dos bens de outras empresas. No caso de compra de pessoas físicas, a empresa não será tributada e ainda terá um crédito presumido, equiparando a compra como se fosse entre empresas.

Perse deve ir a votação

» **ÂNDREA MALCHER**

O Plenário do Senado deve votar, hoje, o Projeto de Lei (PL) 1.026/24, que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) deve propor que seja incluída no texto a correção do valor pela **inflação** durante a vigência do benefício - o que deve impactar ainda mais as contas públicas.

O PL foi aprovado pela Câmara com mudanças feitas pela relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP).

Apesar de o governo ter articulado para diminuir ao máximo os setores beneficiados, a parlamentar decidiu que benefício deveria valer para 30 atividades. No texto original, o governo reduziu de 44 para 12 a lista de atividades que poderiam ter a redução de **tributos** do Perse.

Padilha também elencou como prioridade para o governo votar o projeto que retorna com o seguro DPVAT na forma do Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria está prevista na pauta de hoje do colegiado. No texto, um "jabuti" permite um aumento de R\$ 15 bilhões, articulado pelo governo como forma de recompor um meiotermo de R\$ 3,6 bilhões em emendas de comissão, cortadas pelo veto do presidente Lula.

O ministro afirmou que a análise do novo DPVAT é um "compromisso" do presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União-AP), "que convocou a reunião da CCJ com esse ponto exclusivo".

Ajustar as previdências e manter as desonerações - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Nossa situação macroeconômica mostra tendência bastante complicada à frente, porque, há vários anos, em contraposição à desabada dos hoje diminutos investimentos públicos em infraestrutura em termos históricos, a taxa de crescimento do **PIB** vem oscilando sistematicamente em torno de apenas 1,2% a.a., ante uma média histórica bem mais elevada (8,8% a.a. nos anos 70, por exemplo), sem que se perceba isso com clareza nem se construam os caminhos capazes de nos livrar desse resultado pouco atrativo.

As autoridades econômicas se preocupam mais em acalmar os mercados via promessas de resultados fiscais de curto prazo tidos como minimamente razoáveis, embora cada vez menos críveis, sem tratar do que ocorre com variáveis realmente relevantes como as acima citadas, e mirando outro tipo de plateia. Na verdade, o que deveria realmente interessar seria termos uma estratégia crível de retomada do crescimento econômico com **inflação** sob efetivo controle que convencesse a todos.

O que um exame cuidadoso dos dados revela é que a redução do espaço orçamentário para investir coincide com a disparada dos gastos na previdência pública, e isso se mostra com maior força ainda quando se examinam as estatísticas financeiras municipais.

De 2006 a 2018, por exemplo, os gastos previdenciários do conjunto dos municípios cresceram à média real de 12,5%, enquanto essa mesma taxa se situava em 5,9% nos estados, 5,1% no Regime Geral de Previdência e 3,1% nos Regimes Próprios.

Enquanto isso, os investimentos governamentais consolidados em infraestrutura em fase similar desabavam a 5,4% a.a. médios. Daí o precário desempenho do **PIB** e do emprego.

Isso significa que o governo tem de mudar o foco de sua ação na área econômica.

Em vez de construir instrumentos pouco eficazes tipo arcabouço fiscal, precisa, antes de mais nada, mostrar às pessoas que ele tem um diagnóstico adequado para resolver os principais problemas do país, primeiro em uma visão ampla e atualizada, e, depois, com

bastante precisão nos detalhes.

Esse diagnóstico precisa estar centrado na indicação de que o principal problema são os elevados passivos atuariais, notadamente nos municípios, que precisam ser urgentemente equacionados ou zerados. No tocante à União, o governo precisa indicar que tem conhecimento de que o peso do item previdência nos gastos não financeiros totais passou de 19,2% para não menos do que 51,8%, em apenas 34 anos, de 1987 a 2021 - um total absurdo. Esse peso precisa ser reduzido urgentemente.

O tema se presta a uma discussão bem mais ampla, que pretendo manter viva neste espaço, ao tempo que chamarei a atenção para pontos em destaque tipicamente relevantes em relação ao que acontece no curto prazo, como a posição que tenho defendido de que acabar as desonerações é um erro crasso que estamos cometendo.

Em cima da apresentação, pelo governo, de uma lei de diretrizes orçamentárias federais com projeções de resultados fiscais mais pessimistas para 2025, acaba de sair a notícia de uma liminar do ministro Zanin, do STF, sabidamente aliado de Lula, em que, para compensar isso pelo lado do aumento das receitas explícitas ou implícitas, se ameaça jogar por terra a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Isso deixaria os segmentos até agora por ela beneficiados "a ver navios", e confirmaria a preferência nem sempre revelada e vigente desde o início do atual governo de se adotar uma política de ajuste fiscal voltada não diretamente para o controle de gastos, mas, sim, para resolver os problemas basicamente pelo lado das receitas, o que acaba não sendo a melhor saída, principalmente quando o problema fiscal é da dimensão do nosso.

Aqui, cabe ressaltar que o "buraco" financeiro que temos pela frente é muito maior do que se pensa, conforme se mostrou acima, não só na União, mas também em todas as demais esferas de governo, com destaque para o gigantesco problema previdenciário municipal. E, do outro lado, se situa a exaustão do espaço orçamentário para os demais usos discricionários (notadamente os investimentos em infraestrutura), devido à subida do dispêndio previdenciário.

Nessas condições, se nada for feito para conter esse processo, a tendência natural será de os investimentos brevemente zerarem na maioria dos entes, sendo daí apenas um passo para o crescimento nulo do **PIB**, e, eventualmente, até negativo.

(No caso extremo dos municípios, o que se sabe, hoje, é que, pela via da suspensão de pagamentos críticos, há uma dívida informal nova da ordem de R\$ 500 bilhões, que foi acumulada mais recentemente junto à Justiça - com precatórios -, junto ao Regime Geral e aos Regimes Próprios de Previdência, por conta da suspensão do pagamento de contribuições e outros).

Índice de miséria do Brasil recua, mas segue alto em ranking global

Lucianne Carneiro

O chamado índice de miséria do Brasil, que era o maior em um grupo de 14 países em 2019 (16,25%), caiu para a terceira posição em 2023, com 12,54%, mostra estudo do pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) Daniel Duque, antecipado com exclusividade ao Valor. O conjunto de países reúne alguns da América Latina, como Colômbia e Chile, além de outros emergentes, como Índia, e nações desenvolvidas como Estados Unidos e Japão. O trabalho contempla os anos de 2019, 2022 e 2023 - exclui 2020 e 2021 por causa dos efeitos da pandemia.

O índice, também conhecido como taxa de infelicidade ou de desconforto, foi criado nos anos 70 pelo economista Arthur Okun e é a soma das taxas de **inflação** e de desemprego. O indicador é visto como uma referência das condições econômicas da população ou "do bolso do consumidor". Quanto maior o índice, pior é a situação do país, por ter taxas mais elevadas de **inflação** e desemprego. Na avaliação de Duque, também aponta a capacidade de gestão de um dilema, pelo menos a curto prazo, entre emprego e **inflação**.

A comparação internacional mostra a melhora da situação do Brasil neste quesito nos últimos anos, embora o país ainda esteja entre os piores colocados. Ao olhar para um horizonte mais longo de

tempo, a evolução positiva da taxa de miséria do Brasil fica ainda mais clara, aponta levantamento do economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, que considera os dados mensais. A trajetória recente é de queda e o nível mais recente, de fevereiro de 2024 (11,83%), está próximo ao piso histórico, de 10,80%, em novembro de 1998, e muito abaixo de níveis observados anteriormente, como 25,98% em julho de 2003 ou 20,44% em julho de 2016, por exemplo.

"O que a gente vê nessa comparação internacional é que o Brasil está numa situação positiva, com redução tanto do desemprego quanto da **inflação**. A taxa começou em 16,25% em 2019, a maior entre os países selecionados, caiu para 15,02%, em 2022, e diminuiu ainda mais para 12,54% em 2023. Há uma melhora clara do Brasil", afirma o pesquisador do FGV

Ibre.

No Brasil, a taxa de desemprego caiu de 11,94%, em 2019, para 9,23% em 2022 e 7,95% em 2023. Já a taxa de **inflação** aumentou de 4,3%, em 2019, para 5,79% em 2022, antes de cair para 4,59% em 2023. O trabalho usa como base os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), para fazer as comparações entre os países.

Outros países da seleção tiveram desempenho diferente. A Colômbia, cuja taxa era de 13,80% em 2019, atingiu a liderança em 2023, com 21,33%. No Japão, com o menor índice em 2019 (2,82%) viu avanço para 5,80% em 2023, mas ainda é a "Brasil está numa situação positiva, com redução tanto do desemprego quanto da **inflação**" Daniel Duque menor taxa. O Equador, por sua vez, era o país do grupo com a menor taxa em 2023 (4,91%), pouco acima dos 4,08% de 2019.

Na avaliação de Daniel Duque, o desempenho do Brasil aponta para uma boa gestão desse dilema de curto prazo de emprego e **inflação**, já que quanto menor o desemprego, maior a pressão sobre os salários e o risco de impactar a **inflação** de serviços. "A **inflação** aumentou um pouco, mas muito pouco para a redução do desemprego. Isso indica uma boa gestão disso", diz.

"O Brasil vive um dos melhores momentos neste indicador de taxa de miséria, considerando seu histórico, embora ainda seja mais elevado que o de outros países por questões estruturais", pondera Sérgio Vale.

No caso da taxa de desemprego, a razão seria a legislação trabalhista mais rígida, a despeito de certa flexibilização recente com a reforma. No caso da **inflação**, por sua vez, cita uma independência do Banco Central mais tardia que a de outros países.

A curto prazo, o economista-chefe da MB Associados vê a manutenção do índice neste patamar mais baixo, avaliação partilhada também pela equipe econômica da gestora Kinitro Capital. As projeções da MB apontam para uma **inflação** medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,8% em 2024, com taxa de desemprego média de 7,5%. As contas da Kinitro sugerem cenário semelhante para

2024, o que significa um índice de miséria em 11,5% este ano. Para 2025, a estimativa é de IPCA em 3,5% e desemprego em torno dos 8%, com taxa de miséria em 11,8%. "O cenário atual é certa estabilidade no indicador pelo menos em 2024 e em 2025 nesses patamares bem baixos", diz o chefe de Pesquisa Macroeconômica da Kinitro, João Savignon.

Se o contexto de curto prazo é positivo, há alertas sobre os riscos a médio e longo prazos, segundo Vale e Duque. O economista do FGV Ibre acredita que, quando o governo sinaliza com afrouxamento da política fiscal, pode ter impacto negativo nas expectativas e com isso na **inflação**, o que afetaria o índice de miséria mais à frente.

"O cenário aponta para um índice de miséria neste ano melhor do que foi no passado. Mas tudo o que está acontecendo agora, toda essa demanda via política fiscal e queda de juros, tem implicação ao longo do tempo. É uma **inflação** que pode ficar mais pressionada por causa disso e até ver impacto em desemprego", afirma Vale, com críticas à mudança na meta fiscal anunciada pelo governo há dias.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1§ion=1)

Relatora do Perse inclui correção pela inflação em seu parecer

**Caetano Tonetf Julia Lindner, Gabriela Pereira e
Guilherme Pimenta**

A relatora do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Daniella Ribeiro (PSD-MG), decidiu alterar o texto, aumentando o impacto fiscal para a União e obrigando a matéria a retornar para a Câmara dos Deputados. O movimento marca mais um capítulo da tensão entre Governo e o Executivo. O parecer da senadora será votado nesta terça-feira (30).

A senadora incluirá a correção, pela **inflação**, no limite de R\$ 15 bilhões até dezembro de 2026, da nova versão do programa em uma derrota para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"A questão da **inflação** é algo que realmente eu tenho como algo que é justo. Chegou a ser iniciada a discussão, mas como foi aquela pressa, aquela correria lá na câmara, terminou votando sem colocar. Não é um valor que vai alterar tanto", afirmou ao Valor a relatora.

A senadora defendeu o diálogo na busca de um consenso entre o governo federal e o Congresso. Nesta terça-feira, Daniella deve ter uma agenda no Ministério da Fazenda para discutir as alterações no PL do Perse.

Questionado na segunda-feira sobre o impacto da mudança, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, não citou nominalmente a questão do Perse, mas disse que medidas que criem ou ampliem renúncias de receita devem ser acompanhadas de compensação, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Isso é importante. Não temos espaço para fazer acomodações em relação a isso", declarou o secretário, ao apresentar os dados do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) do primeiro trimestre.

Outra alteração que deverá ser proposta pela relatora prevê que apenas empresas cadastradas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com decisões transitadas em julgado poderão ter acesso aos recursos. Segundo Daniella, isso impede que empresas de grande porte tenham direito ao benefício através de decisão liminar.

Apesar do possível revés para a equipe econômica, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nessa segunda-feira que o governo buscaria manter no Senado o acordo firmado na Câmara dos Deputados, onde a proposta foi aprovada semana passada, com o limite de renúncia fiscal fixado em R\$ 15 bilhões, sem correção pela **inflação**.

Após se reunir com Haddad, Padilha classificou o entendimento obtido na votação como "muito positivo" e defendeu que a proposta seja votada ainda nesta semana, apesar de uma semana esvaziada no Congresso por causa do feriado de 1-de maio.

A mudança no relatório anunciada pela relatora no Senado fará com que o texto retorne à Câmara. Havia uma expectativa dos setores de que isso não ocorresse e que a lei pudesse ser aprovada e sancionada ainda nesta terça-feira, impedindo o retorno da tributação a partir de quarta-feira (1).

Com a mudança, a conta do programa, instituído originalmente como medida para conter os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o setor de eventos, pode ficar ainda mais alta para o governo federal. A aposta de fontes ouvidas pelo Valor é que a Câmara mantenha o aumento do custo do Perse. A Casa pode ainda, como reação ao Executivo, rever o entendimento de diminuir o número de atividades abrangidas pela medida, de 44 para 30, em função dos mais recentes episódios de atrito entre Executivo e Legislativo.

"Isso é importante. Não temos espaço para fazer acomodações" Rogério Ceron

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1§ion=1>

Cenário de juros mais altos nos EUA afeta ativos de risco

Paulo Gala

CONTEÚDO PATROCINADO POR BANCO MASTER

A notícia do varejo robusto nos Estados Unidos no mês de março, com um aumento de 0,7%, superando as expectativas de 0,4%, indica um cenário de aquecimento econômico americano além do previsto para este ano. O anúncio do governo brasileiro sobre a meta fiscal para 2025, com um déficit primário esperado de 0%, abaixo das expectativas de superávit, também deixou o mercado preocupado.

A Bovespa atingiu sua mínima de 2024, caindo para 124 mil pontos. Nossa taxa de juros nominal de juros longa atingiu sua máxima, ultrapassando os 12%. Já a taxa de juros real no Brasil foi acima de 6%. O dólar alcançou sua máxima em 2024 (desde março de 2023), tocando R\$ 5,29.0 juro longo americano foi acima de 4,6%.

Essa desvalorização da moeda brasileira reflete não apenas fatores internos, como o anúncio fiscal e vencimentos de títulos indexados em dólar, mas principalmente fatores externos, como as preocupações com a política monetária dos Estados Unidos e temores de inflação.

A ministra Simone Tebet afirmou que o governo está comprometido com o equilíbrio fiscal e busca alcançar uma meta de déficit zero. Além disso, dados positivos sobre o crescimento da economia chinesa no primeiro trimestre podem ajudar a acalmar as preocupações. É cedo para dizer se o Banco Central do Brasil irá desacelerar os cortes de juros, dada a incerteza sobre a política monetária dos Estados Unidos. O debate sobre os cortes de juros deve ganhar mais força nos próximos dias.

No mês de abril, a moeda brasileira tem um dos piores desempenhos do mundo emergente. Essa tendência começou com o índice CPI, mostrando uma inflação mais forte nos Estados Unidos, seguida por dados de atividade robustos. Isso levou a preocupações de que a economia dos EUA não desaceleraria, dificultando o alcance da meta de inflação.

Os comentários dos diretores do Fed indicam preocupações com a inflação persistente, o que levou o mercado a acreditar em um corte de juros por lá

apenas em setembro. Na Zona do Euro, o corte pode ocorrer antes, possivelmente em junho ou julho.

Recentemente, houve boas notícias sobre a inflação na Europa, o que poderia levar a uma aceleração nos cortes de juros, desvalorizando ainda mais o euro em relação ao dólar. A reprecificação do momento do corte de juros nos EUA está causando impactos nos mercados emergentes, incluindo o Brasil. Esse estresse pode diminuir se houver melhores indicadores de inflação e comentários dos diretores do Fed.

Apesar do cenário desafiador, houve uma alta na atividade econômica brasileira medida pelo IBC-BR em fevereiro, com um aumento de 0,4% em relação a janeiro. No bimestre, houve um forte crescimento de 2,95%, indicando uma economia brasileira mais aquecida em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em 12 meses, o IBC-BR mostra um crescimento acumulado de 2,34%.

PRINCIPAIS PONTOS:

O cenário de juros mais altos nos EUA afeta os ativos de risco globalmente, incluindo o Brasil

A Bovespa atingiu sua mínima de 2024, caindo para 124 mil pontos, enquanto a taxa de juros nominal longa ultrapassou os 12%, e a taxa de juros real ficou acima de 6%

A desvalorização do real reflete tanto fatores internos, como o anúncio fiscal, quanto externos, como as preocupações com a política monetária dos EUA e temores de inflação

Apesar das preocupações, dados positivos sobre o crescimento da economia chinesa podem amenizar os receios no mercado

A incerteza sobre a política monetária dos EUA torna difícil prever se o Banco Central do Brasil irá desacelerar os cortes de juros

A atividade econômica brasileira apresentou alta no primeiro trimestre, indicando uma economia mais aquecida em comparação com o ano anterior, apesar do cenário mais desafiador

*

por Paulo Gala* *Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856?page=1§ion=1)**

Atraso no corte de juros nos EUA reforça apelo da renda fixa no Brasil

Adriana Cotias De São Paulo

Os movimentos abruptos dos juros dos títulos do Tesouro americano em abril levaram a uma revisão das taxas mundo afora e, no Brasil, isso se traduziu em prêmios mais atraentes para a velha e boa renda fixa. O Tesouro IPCA+ voltou a apontar retornos na casa dos 6% acima da **inflação**, e os prefixados longos esbarram nos 12%, ante os 10,75% ao ano da Selic atual. Enquanto o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) empurra para frente o seu ciclo de afrouxamento monetário, são esses ativos que aparecem nas principais recomendações de especialistas para maio. Na bolsa e outros ativos de risco, um desempenho mais consistente ficou para depois.

Até ontem, o Ibovespa tinha desvalorização de 0,6%, enquanto o índice de "small caps" recuava 5,8%. O dólar subia quase 2%. Todos os índices de renda fixa ficaram abaixo do CDI no mês. No ano, o melhor resultado foi do IMA-B 5, de títulos do Tesouro indexados à **inflação** com vencimento em até cinco anos, com alta de 2,0%, em comparação a 3,5% da taxa referencial. Até aqui, a melhor aposta sem risco de crédito foram os títulos pós-fixados. Já o índice de debêntures da Anbima de papéis ligados ao CDI acumula ganhos de 4,7%.

Se na virada do ano havia a percepção de que o Fed poderia iniciar seu ciclo de redução de juros em junho, a realidade se impôs, com a economia americana mostrando mais recentemente um desempenho melhor do que se imaginava por conta da força do consumo e do mercado de trabalho, diz Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos (CIO) para o Brasil do UBS Global Wealth Management.

Abril marcou a recalibragem dessas expectativas, com consequências para os ativos de forma geral. "É um cenário de juros altos por mais tempo e de atividade mais forte. Já está no jogo não ter corte nenhum, ou um, ou dois mais para frente", diz Telo. Na toada do mercado, o executivo diz que, enquanto as taxas dos títulos do Tesouro dos EUA seguirem atrativas, não há como outros ativos deslançarem.

Ele aponta que, com o estresse da semana passada, as taxas dos Treasuries de dez anos bateram os 4,60%, nível de setembro do ano passado, antes de o

Fed mudar a sua comunicação para um posicionamento mais pró-afrouxamento em novembro. "Precisa esperar uma sequência de dados para trazer mais confiança para o mercado e para o Fed, uma sequência mais prolongada de **inflação** indo para o território benigno, para voltar a apostar em corte de juros", diz.

A reação esperada no Brasil, combinada com uma meta fiscal mais frouxa, é que a Selic caia agora a um passo menor, de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), interrompendo o ritmo de 0,50 ponto percentual de cada encontro. "Começou a aparecer uma discussão que, se o Brasil cortasse mais rápido que o resto do mundo, de 50 em 50, se a falta de sincronia não ia aparecer no câmbio, tirando o diferencial [maior] de juros", afirma Telo.

Para o especialista, até haveria espaço para cortar mais, "mas o BC vai olhar os juros lá fora, os sinais do Fed, e o "timing" de redução no Brasil pode ser dependente do que acontecer lá fora para não esticar demais a corda".

Apesar de os números mais recentes de **inflação** terem vindo em linha com as expectativas do mercado, a Selic em um dígito no Brasil vai demorar mais tempo para se materializar.

Nesse cenário, diversas classes de ativos são favorecidas pelo carregamento de juros, menos para capturar ganhos de capital, diz. É o caso dos títulos prefixados e dos indexados à **inflação**. O custo de oportunidade mais alto também adia uma recuperação mais sólida para a bolsa. "Uma das visões era que, à medida que os juros caíssem, a tomada de risco no portfólio doméstico poderia aumentar. Mas o juro real alto por mais tempo retarda algumas apostas mais ousadas em ações e coisas do tipo." O preço das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B ou Tesouro IPCA+) apontando taxas acima de 6% e títulos prefixados esbarrando em 11% para vencimento em até três anos são um nível considerado atraente sob a perspectiva histórica, continua o executivo do UBS.

Para Telo, vai ser preciso pelo menos duas ou três semanas de Treasuries com oscilações mais comportadas lá fora, desempenho baseado em dados

macroeconômicos, para que se desenhe um cenário mais propício a colocar risco nas carteiras.

O aumento recente das taxas futuras de juros no Brasil abriu uma oportunidade para se ampliar a exposição em títulos públicos prefixados, as Letras do Tesouro Nacional (LTN, ou Tesouro Prefixado), segundo Luís Augusto Barone, sócio e diretor da Galapagos Wealth Management.

"O prêmio subiu demais, muito além do que as notícias sugeririam. Costumo dizer que o investidor deveria ficar apenas 20% do tempo aplicado em prefixados. São poucos os momentos em que o mercado de juros dá prêmio suficiente para isso, e agora é um deles." A recomendação é privilegiar os papéis com vencimento em três anos. Ontem, no Tesouro Direto, a LTN com vencimento em 2027 apontava uma taxa de 10,78% ao ano, ante os 10,75% atuais da Selic. Se a taxa recuar pelo menos mais 0,50 ponto, haveria um ganho a capturar sobre o GDI só com a valorização do preço dos papéis. "Tem prêmio, justifica alocar de 5% a 8% da carteira", afirma Barone.

O executivo considera que os dados de **inflação** permitem que o Banco Central (BC) mantenha o roteiro de reduzir a Selic em 0,50 ponto percentual na próxima reunião do Copom.

Em bolsa, a recomendação tem sido colocar até 5% da carteira, mas o investidor resiste, está "mal acostumado com o "spread" [o prêmio das alternativa de renda fixa], quer mesada grande todo mês, é muito avesso ao risco", diz Barone.

No varejo de alta renda, a principal posição é em crédito, que ocupa de 60% a 70%, pelo perfil da casa. "O papel isento é um incentivo perverso para o Brasil", reconhece Barone, acrescentando que a tendência, no longo prazo, é o spread em relação aos títulos públicos cair, com mais competidores investindo no segmento e por causa do aumento da demanda pelos papéis.

As guinadas no discurso de Jerome Powell, presidente do Fed, têm movido a disposição à tomada de risco globalmente, com os Estados Unidos sendo um grande atrator de recursos para a renda fixa ou para a bolsa, diz Alexandre Silverio, sócio-fundador e principal executivo da Tenax Capital. "Mal ou bem, 5,25% de "Fed rate", com a taxa de dois anos perto de 5%, é bastante juros. Isso draga os recursos do mundo todo. Vamos depender do Fed, é isso mesmo." Nesse ambiente, a hipótese de uma Selic a 9%, com um câmbio na faixa dos R\$ 4,80, caiu por terra. "O cenário mudou. A economia americana mais forte pressupõe um dólar mais forte, isso fez com que o real se estressasse, sem falar nas questões domésticas,

com discussões fiscais pela frente", afirma o gestor. "O Banco Central vai ter que calibrar. O câmbio [dólar/real] mais alto pode bater na **inflação**." Silverio ainda acha que há espaço para o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduzir a taxa básica de juros pelo menos mais três vezes, em 0,25 ponto percentual. "Vamos ver onde o câmbio vai parar, é uma variável importante." O Copom vai se reunir na semana que vem, já com novos dados de **inflação** na mesa e com uma reunião do Fed na frente-o Comitê de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) se reúne amanhã. Silverio diz que mantém posições aplicadas em vencimentos mais curtos de juros no Brasil, sob a crença de que tem espaço um pouco maior para a Selic cair do que o mercado embute nos preços atuais.

Na bolsa, pelo menos no multimercado macro, a escolha foi não ter exposição.

-

Ações de "big techs" seguem no radar

O soluço das bolsas americanas e de algumas das favoritas do setor de tecnologia em abril não encontra ainda do lado microeconômico fundamentos que apontem para uma deterioração acentuada dos preços desses ativos, segundo executivos da área de investimentos.

"Em geral, quando se quebra os resultados das empresas de tecnologia, ele é muito diferente, a gente continua mantendo alocação na classe", diz Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos (CIO) para o Brasil do UBS Global Wealth Management. Na carteira dos clientes, a recomendação para bolsas globais está no ponto neutro, "não dá para alocar mais porque os preços estão muito esticados". Mas a maior preocupação seria se uma outra temporada de resultados confirmasse algum sinal de recessão nos Estados Unidos.

João Vitor Valladares, gestor da Arbor Capital, lembra que foi o bloco das gigantes de tecnologia o que mais sofreu em 2022 e boa parte da recuperação de 2023 foi por um efeito-rebote. "Agora, retomaram os picos de 2021, mas com crescimento. Essas empresas têm aumentado lucro e receitas, a performance condiz com o "valuation" mais alto", afirma. Se comparar as de tecnologia com as demais da bolsa, pela ótica do fundamento houve uma dispersão grande, e no agregado, os lucros foram revisados para baixo.

Entre as chamadas "Sete Magníficas"-Alphabet (dona do Google), Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla -, Tesla e Meta enfrentam um ciclo mais difícil, diz Valladares.

A Meta é um caso em que as ações tiveram performance brilhante no ano passado, teve crescimento de 27% das receitas, a margem segue expandindo, com o lucro operacional dobrando ano a ano, descreve o gestor. Mas há um certo "ranço" com o programa de investimentos da empresa, depois da controversa aposta no metaverso, que não trouxe resultados de curto prazo.

Já a Alphabet, que detém mais de 90% da participação de mercado na sua ferramenta de buscas do Google, é sempre questionada se vai perder espaço para o Bing da Microsoft, mas o resultado veio muito acima das expectativas de mercado em receita e margem, destaca Valladares.

"O mercado limpou um pouco as expectativas que tinha de disrupção, mas isso continua na mesa", afirma. "Num call trimestral, representantes da companhia disseram que demoraram 20 anos para atingir US\$ 150 bilhões de receita e depois mais seis anos para mais US\$ 150 bilhões. Há uma concentração nas grandes empresas, que estão capturando todos os grandes mercados do mundo." A Microsoft, por sua vez, tem um crescimento de receitas mais acelerado e previsível, e na crise os clientes não cancelam a assinatura dos serviços. "É muito impressionante, tem mais de US\$ 60 bilhões de faturamento num trimestre e cresce a receita em 17%, desafia a lógica do que se espera para uma empresa desse porte", diz o gestor da Albor. "A Coca-Cola já parou de crescer há muito tempo. Mas a tecnologia, por acessar mercados globais de nuvem na internet, tem um crescimento muito prolongado e a inteligência artificial já vem contribuindo cada vez mais trimestre a trimestre."

"São poucos os momentos em que o mercado de juros dá prêmio suficiente para aplicarem prefixados; agora é um deles." Luís Barone

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856>

Incerteza com Fed pesa e amplia volatilidade dos ativos locais

Arthur Cagliari, Matheus Prado e Victor Rezende De São Paulo

Foi diante das sucessivas surpresas de alta em dados de **inflação** e de atividade nos EUA que os mercados migraram de um cenário otimista bastante agressivo na virada do ano, com sete cortes nos juros precificados, para apenas duas reduções na taxa neste ano. Os reflexos dessa reprecificação foram vistos nos ativos domésticos, que mostraram desvalorização acentuada em abril e que, diante de mais uma decisão do Federal Reserve (Fed, banco central americano) amanhã, devem se manter atrelados ao exterior. A volatilidade, porém, deve ser maior diante da piora na percepção de risco fiscal local brasileiro, que se materializou ao longo do mês.

É ampla a expectativa dos agentes do mercado de que o Fed deve manter uma postura mais cautelosa e dura em relação aos juros. Boa parte desse cenário já está nos preços dos ativos locais e globais. No entanto, a possibilidade de os juros americanos caírem somente em dezembro pode gerar algum mau humor adicional com os ativos de risco, caso o presidente do Fed, Jerome Powell, dê alguma indicação nesse sentido.

Desde a decisão de janeiro do Fed, quando começou a ficar mais evidente a reprecificação dos juros americanos, o dólar subiu 3,59% no Brasil. Já os juros de longo prazo dispararam, aumentando mais de 1 ponto percentual. O Ibovespa foi o que mostrou maior resiliência entre os mercados locais, ao cair apenas 0,31% no período.

"Está difícil pensar em corte das taxas nos EUA porque o nível da **inflação** subjacente está elevado e as expectativas de **inflação** subiram. Esses pontos são importantes para o Fed e, por isso, não tem como não continuar a falar de maneira "hawk" [postura mais conservadora]", avalia o estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli. O banco alemão espera que o Fed só reduza os juros em dezembro.

Grosso modo, a postura mais rígida adotada pelo Fed já foi bem telegrafada pelo mercado e está nos preços, na visão de Giacomelli. Ele exemplifica ao dizer que, mesmo com uma alta um pouco acima do esperado do núcleo do deflator de gastos com consumo (PCE) de março, o mercado se mostrou bem comportado. O

estrategista, porém, nota que, na medida em que os juros precisam ficar elevados para evitar um repique inflacionário, "a dinâmica fiscal fica mais adversa" e, no momento em que o mundo direciona os holofotes para a questão fiscal, "o Brasil brilha, infelizmente, pelo motivo errado".

O ex-secretário do Tesouro e sócio da Oriz Partners, Carlos Kawall, concorda e observa que, desde que os dados de **inflação** nos EUA surpreenderam negativamente, em 11 de abril, os mercados domésticos de bolsa e de câmbio até se mostraram alinhados aos pares, mas o mercado de juros sofreu mais que as taxas de outros países da América Latina.

"A precificação de um a dois cortes de juros nos EUA mexeu bastante com o apetite por risco e os emergentes sofreram. Mas aí veio a segunda preocupação, que é no front fiscal local, com a mudança na meta de resultado primário depois de uma sequência de más notícias. Isso somado jogou o patamar de juro real para níveis bem estressados, acima de 6% ao ano. Não é uma taxa sustentável. E foi no mercado de juros que tivemos uma piora maior", enfatiza Kawall.

Ontem, as NTN-Bs (títulos públicos indexados à **inflação**) de longo prazo, que costumam ser usadas pelo mercado para medir o risco doméstico, encerraram o dia com taxa de 6,12%, de acordo com dados da Anbima, enquanto os juros prefixados de longo prazo seguem acima de 11%. Já o câmbio e o Ibovespa se afastaram um pouco mais dos níveis de maior estresse registrados em abril.

"O movimento nas taxas de juros, especialmente no juro real, foi muito forte. E isso remete à decisão do Copom na próxima semana, onde acreditamos que haverá um movimento para um corte para 0,25 ponto", afirma Kawall.

A Oriz elevou sua projeção para a Selic no fim do ano de 9% para 9,75% e acredita que, apesar de o IPCA-15 de abril ter vindo benigno, a **inflação** carregada de serviços subjacentes e a piora nas expectativas inflacionárias de 2025 devem levar o BC a um caminho mais conservador já em maio. "Existe alguma incerteza se a decisão será unânime ou não, mas, em momentos de incerteza como o atual, tomara que seja unânime a decisão pelo corte de 0,25 ponto." Em

relatório antecipado ao Valor, o BNP Paribas também alterou sua projeção para a Selic e passou a esperar cortes de 0,25 ponto no juro básico a partir de maio, com uma taxa de 10% no fim do ciclo. Antes, a expectativa do banco era de uma Selic a 9,5% neste ano.

A economista para Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, aponta que o cenário externo e a mudança da comunicação do BC provocaram essa alteração nas projeções do banco. "Dentro do balanço de riscos do BC, parece que a questão internacional vem pesando um pouco mais. O que acontece fora do Brasil pesa mais agora", afirma. Ela nota que o BNP Paribas passou a esperar apenas uma redução nos juros pelo Fed, em dezembro, o que indica um cenário de juros mais altos à frente.

Para o estrategista de investimentos para o Brasil da UBS Global Wealth Management, Ronaldo Patah, parece factível uma desaceleração no ritmo de cortes do BC diante da piora externa, do câmbio e das expectativas de **inflação**. "Mas não seria, na nossa visão, mais dois cortes e acabou. Poderia ir com 0,25 ponto até o fim do ano, principalmente se o nosso cenário lá fora estiver certo. Nos ativos, o posicionamento deu uma "limpada", está mais leve. Temos contratos em aberto diminuindo, o que indica uma redução de risco", nota Patah.

Assim, ele diz ver maior risco de valorização nas NTN-Bs e na bolsa, além de ver prêmios nos juros prefixados, especialmente os com vencimento em julho de 2026. "Mas a correlação da renda fixa local com a americana tende a seguir elevada", ressalta o estrategista.

Ao observar o mercado de juros americano, com um a dois cortes de juros neste ano, o gestor de renda fixa Igor Campos, da Gauss Capital, diz não discordar da precificação atual. "A atividade segue resiliente por lá e a **inflação** está acima da meta sem dar sinais de que está convergindo. Não parece fazer muito sentido o Fed ter pressa para cortar juros. Para 2025, faz sentido acreditar que a política monetária funciona e, apesar do "lag" estar maior neste ciclo, o BC americano vai poder cortar juro." Nesse sentido, Rogério Braga, sócio e gestor da Quantitas, acredita que o comportamento dos indicadores da economia americana deve ser mais relevante agora por determinarem a postura do banco central americano à frente.

Desde o ano passado, a Quantitas tem montado posições aplicadas em juros reais americanos de 30 anos, que ontem fecharam em 2,36%. "Em algum momento, seja via mais **inflação** ou via juro nominal um pouco mais baixo, eles vão ter que carregar um

juro real mais baixo", afirma. "Isso justifica nossa alocação."

"Dinâmica fiscal fica mais adversa [...] Brasil brilha, infelizmente, pelo motivo errado" Drausio Giacomelli

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856>

Taxas futuras têm alívio e Ibovespa sobe à espera de decisão

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Os ativos de risco iniciaram a semana em alta, à espera da decisão de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), que ocorre amanhã, e de indicadores do mercado de trabalho americano, em especial o relatório "payroll" de abril, que sai na sexta-feira.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 caiu de 10,805% para 10,76%, enquanto a taxa da T-note de dez anos recuou de 4,669% a 4,619%. O dólar cedeu 0,03%, a R\$ 5,1148, e o Ibovespa subiu 0,65%, aos 127.351 pontos.

Ainda que o banco central dos EUA deva manter as taxas de juros inalteradas, a comunicação do presidente da instituição, Jerome Powell, será acompanhada de perto pelos agentes, que vêm seguidamente adiando suas perspectivas para o início dos cortes de juros.

"Powell provavelmente parecerá mais cauteloso do que o habitual, com uma inclinação "hawkish" [dura] com relação às perspectivas de política monetária. Juros altos por mais tempo provavelmente continuará sendo o nome do jogo por ora. Também esperamos que o Fed anuncie um plano preliminar para desacelerar o QT [redução no balanço de ativos] a partir de junho", dizem analistas da TD Securities.

Pelos preços atuais de mercado, o primeiro corte nas taxas dos "Fed funds" deve ocorrer apenas em setembro. Além disso, segundo os dados do CME Group, os agentes esperam somente uma redução nos juros dos EUA em 2024.

Para Ryan Sweet, economista-chefe da Oxford Economics, Powell não deve definir qual será o próximo movimento dos juros nos EUA, mantendo o mantra de que a política monetária é flexível e responderá conforme os dados.

"A dependência de dados do Fed aumenta a incerteza na previsão da trajetória da política monetária, uma vez que qualquer desvio na **inflação** em relação à expectativa do banco central pode causar uma pausa [do ciclo de cortes]. A humildade em prever o que o

Fed fará é evidente", diz Sweet.

No Brasil, investidores apontam que, após uma alta expressiva dos juros futuros, já há um certo prêmio embutido na curva. "Vimos um movimento que seguiu o externo e deu continuidade à dinâmica observada após a leitura do IPCA-15, que foi muito boa. Me parece que já havia prêmio demais em Brasil", aponta um gestor.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187856>

Selic abaixo de 10% seria "imprudente", diz Genoa

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Com cerca de R\$ 19 bilhões em ativos sob gestão e apostas que tiveram um bom desempenho neste mês de abril, ao contrário de boa parte do mercado, a Genoa Capital adota, em suas premissas, um cenário mais conservador. Em entrevista ao Valor, os sócios e gestores André Raduan e Mariano Steinert dizem ver um Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) que deixa uma flexibilização da política monetária apenas para o fim do ano ou até mesmo para 2025.

A esse ambiente naturalmente mais desafiador para emergentes se soma uma atividade econômica doméstica aquecida, com nível forte do mercado de trabalho e expectativas de **inflação** mais altas, apesar da **inflação** corrente benigna. "O juro real tem que pararem níveis mais altos. Uma Selic abaixo de 10% seria imprudente", defende Raduan, ao apontar que não tem posições em juros locais por já precificarem um cenário considerado "justo" pela gestora.

Valor: Como o global tem afetado o cenário para os ativos locais?

Mariano Steinert: Boa parte da volatilidade dos mercados que observamos recentemente é devido ao cenário dos EUA. Mais do que, propriamente, a história individual de cada país. É verdade que o Brasil teve uma história relevante neste intervalo [revisão das metas fiscais], mas, basicamente, no ano passado, houve uma sequência de dados bons de **inflação** que levaram o Fed a acreditar que podia reduzir o nível de aperto monetário para evitar um "hard landing". Neste ano, os dados de **inflação** vêm se mostrando piores, com uma atividade econômica ainda forte. O que achamos que aconteceu é que essa confiança do Fed na desinflação se quebrou e ele vai precisar de uma sequência longa de dados bons de **inflação** para iniciar os cortes.

Valor: Quais as implicações para os juros nos EUA?

André Raduan: A economia americana cresceu muito bem, mesmo com as taxas de juros em torno de 5,3% e o juro longo entre 4% e 4,5%. Isso se deve a diversos fatores, que apontam para uma economia de juro neutro maior, na casa de 1,5%. Não é o cenário de uma economia à beira de uma recessão. Podemos ter cortes de juros para afrouxar a política monetária,

mas eles devem ser bem rasos e não dá para descartar que não haja cortes. O risco, neste momento, parece ser bem maior em cortar mais e ver as expectativas de **inflação** desancorarem do que o de trazer a atividade econômica para baixo.

Valor: Há chance de uma alta de juros nos EUA?

Raduan: O mercado de trabalho parece mais equilibrado, o que deveria ajudar na **inflação**, mas, se a **inflação** de 3% a 3,5% continuar e se o Fed quiser trazê-la para perto de 2%, esta "última milha" pode custar mais. Ou deixar mais tempo parado, ou, se quiser convergir mais rápido, subir os juros. Temos algum receio de as expectativas de **inflação** desancorarem de vez. Não é algo que dê para fazer muitos modelos em cima disso, mas, caso ocorra, o Fed teria que atuar. Mas isso não está no nosso cenário base.

Valor: Neste contexto, o dólar deve permanecer forte?

Steinert: São raras as oportunidades de comprar dólar com o diferencial de juros aumentando, com a economia americana crescendo mais que os pares e uma história de aumento de produtividade. Por isso mantemos posições compradas no dólar contra euro e yuan. Além disso, em momento de estresse, o dólar ainda é tido como porto seguro.

Valor: Como o cenário externo impacta a política monetária local?

Raduan: O BC vem comunicando que as taxas mais altas por mais tempo nos EUA acabam atraindo recursos para lá. O que temos visto recentemente é uma entrada de capital nos EUA, que sai do mundo todo. Como você atrai capital neste momento? Ou com crescimento muito mais robusto que o dos EUA ou com diferencial de juros mais alto. É como se o juro americano subisse a barra para todo mundo.

Valor: Como a Genoa vê o processo de **inflação** no Brasil?

Raduan: O que a gente vê é uma história de **inflação** corrente benigna e isso é inegável. Mesmo a média dos núcleos vem rodando entre algo como 3% ou 3,5%. A **inflação** baixa em bens tem a ver com o efeito global e também com a parte de alimentação.

Valor: E essa desinflação deve continuar daqui para frente?

Raduan: Pensando no mercado de trabalho, é preciso fazer uma hipótese heróica para dizer que ele está frouxo. Nominalmente, a inflação de salários está acelerando um pouco. E a política monetária saiu de uma supercontração para uma contração menor. O déficit também segue elevado, há o tema dos precatórios... Não vemos grandes vetores de desaceleração para a inflação e para a atividade. Então, quando você olha para a inflação corrente, ela é boa, mas a inflação prospectiva é bem pior. Vai ser muito difícil encontrar uma inflação abaixo de 4% no ano que vem.

Valor: Como isso se traduz para a condução da política monetária?

Raduan: Acho que o BC está em cima deste tema e também está vendo uma inflação pior para o ano que vem, com um Focus caminhando para os 4%. Então, achamos que o juro precisa parar em um nível mais alto, de dois dígitos. Conseguir cortar até 10,25% ou 10% não deve ser uma batalha grande. Mas, mais baixo que isso, seria imprudente. Existe o risco de continuar cortando rápido e descobrir uma inflação mais alta e desvalorização do câmbio.

Valor: Como veem a mudança re-centena comunicação do BC?

Raduan: Li como uma retirada do "guidance" para incluir uma árvore de probabilidade de cenários. Desde que isso foi colocado, é verdade, tivemos um dado bom de inflação. Mas o cenário externo segue bem incerto. Acho que é prudente o BC cortar os juros cortar mais devagar e adotar o ritmo de 0,25 ponto. E isso porque temos números fiscais bons para 2024. Estamos trabalhando com déficit de 0,4% do PIB, mas achamos que é muito possível entregar um déficit de 0,25%.

Valor: Houve divergência entre a comunicação dos membros do Co-pom recentemente. Como interpretaram isso?

Raduan: A comunicação do [Gabriel] Galípolo [diretor de política monetária do BC] foi diferente, especialmente quando ele fala de serenidade para ver os efeitos da piora do cenário externo nos preços domésticos. Se você realmente olhar para o que aconteceu no câmbio, ele de fato melhorou e voltou dos R\$ 5,30 para os R\$ 5,10. Mas ele também voltou por conta de uma postura "hawkish" [dura] do BC. Se o BC for mais "dovish" [suave], provavelmente esse câmbio vai depreciar. Mecanicamente, o modelo não

vai piorar tanto porque tem uma Selic "terminal" mais alta do que tinha há três semanas, mas é uma certa miopia. Parte do processo de valorização do câmbio veio dessa postura mais dura.

Valor: A Genoa foi uma das primeiras gestoras a apostar na alta dos juros futuros, o que se mostrou acertado. Isso continua?

Raduan: Estamos zerados em juros locais. Quando "tomamos" [aposta na alta] juros, achávamos que a taxa final do mercado era baixa e o posicionamento técnico era muito mim, já que todos apostavam na queda das taxas. Hoje não vemos nenhum desses dois fatores.

Valor: É um cenário mais difícil para ativos brasileiros?

Raduan: Estamos vendo um fluxo de capital menor. Pensando na renda variável, uma valorização expressiva é mais difícil. Não acreditamos em uma apreciação forte do real nem em alta significativa da bolsa, apesar de os modelos indicarem que ela está barata. Não vemos gatilhos. Já o real deve ter um segundo semestre mais desafiador. Agora temos um fluxo de safra entrando, mas, mais para o fim do ano, sem cortes de juros do Fed e com uma sazonalidade pior, o câmbio tende a se desvalorizar.

4% é o "piso" visto pela casa para o IPC A2025

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187856>